



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DE SÃO PAULO

# 1º SIMULADO

## Oficial de promotoria



### SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- 2 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos 15 minutos anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de provas.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- Boa sorte!**

## LÍNGUA PORTUGUESA

1 – (1º Simulado Geral) **Atenção! O texto a seguir refere-se às duas próximas questões.**

“A crise de criminalidade do Brasil é produto da impunidade. A impunidade, por sua vez, tem duas raízes. A primeira é a incapacidade do sistema de Justiça Criminal de impedir os crimes e identificar, prender e manter os criminosos depois que o crime foi cometido. A segunda raiz é uma legislação penal criada com base na ideologia do criminoso ‘vítima da sociedade’ e em algumas ideias absurdas, sem nenhum compromisso com a realidade”.

(Adaptado)

“A crise de criminalidade do Brasil é produto da impunidade”.

Essa frase inicial do texto

- A) resume integralmente o conteúdo do texto.
- B) fala de algo que fica sem explicações.
- C) simplifica exageradamente um problema grave.
- D) não mostra relação de causa e efeito.
- E) é retificada no restante do parágrafo.

2 - (1º Simulado Geral) Esse texto deve ser classificado como

- A) descritivo cujo objeto é a situação criminal do país.
- B) narrativo a respeito da origem da crise de criminalidade.
- C) descritivo-narrativo com a mistura de passado e presente.
- D) expositivo, informando sobre nossa legislação penal.
- E) argumentativo, apontando causas do problema.

3 – (1º Simulado Geral) “Quando um dos pioneiros da aviação se propôs a voar como os pássaros, todos acharam a tarefa impossível, mas esse pioneiro chegou a fazer mais de dois mil voos, provando que o impossível era apenas um desafio. Essa é a filosofia da nossa empresa: encontrar soluções rápidas, econômicas e criativas, superando todo tipo de desafio”.

O fragmento acima é iniciado por uma alusão histórica que, nesse caso, serve de

- A) ponto de partida para a apresentação cronológica de fatos.
- B) ponto de referência para elogios ao passado.
- C) tema analógico a algo no presente.
- D) assunto provocador de críticas à atualidade.
- E) ponto de referência por oposição ao mundo atual.

4 – (1º Simulado Geral) Os textos informativos preocupam-se em dar credibilidade ao que informam, atribuindo o valor de certeza ao que veiculam.

Assinale a opção em que não há nenhum termo que reduza esse tom de precisão absoluta.

- A) Segundo alguns, dinheiro não traz felicidade, mas é certo que afasta a infelicidade para bem longe.
- B) O novo governo americano talvez traga mais tranquilidade econômica aos EUA.
- C) O controle da poluição ambiental poderia produzir mais riqueza no futuro do planeta.
- D) Como o governador é muito amigo do prefeito, possivelmente devem fazer muitas parcerias.
- E) Millôr Fernandes afirmou que devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá não se encontra mais ninguém.

5 – (1º Simulado Geral) “Houve revoltas em meados do século XIX”; a expressão “em meados de” indica imprecisão nos dados fornecidos.

Assinale a opção que não apresenta uma expressão que desempenhe esse mesmo papel.

- A) Havia perto de 100 artistas no festival.
- B) João estava com seus cinquenta anos por essa época.
- C) Chegou mais ou menos às sete horas.
- D) A temperatura atingiu vinte e seis graus negativos.
- E) Jorge tinha por aí um metro e setenta.

6 – (1º Simulado Geral) “A avançada tecnologia é uma das marcas dos tempos modernos”.

Assinale a opção que apresenta um vocábulo, formado com o mesmo radical logia, com seu significado corretamente explicado.

- A) Zoologia – estudo dos jardins zoológicos.
- B) Pneumologia – estudo dos pneus adequados.
- C) Arqueologia – estudo das construções em arco.
- D) Dermatologia – estudo médico da pele.
- E) Geologia – estudo de caráter geográfico.

7 – (1º Simulado Geral) Observe o seguinte segmento textual:

“Ele abriu e fechou várias vezes o grosso livro, cada uma dessas vezes acompanhada de um palavrão. Finalmente ele se recompôs, releu o parágrafo a consertar, gemeu. Bom, tudo bem, vamos lá!

– Vamos lá, falou em voz alta.  
Levantou-se e saiu da sala”.

Nesse segmento de texto, o trecho que exemplifica o discurso indireto livre, é:

- A) Ele abriu e fechou várias vezes o grosso livro;
- B) ...cada uma dessas vezes acompanhada de um palavrão;
- C) Bom, tudo bem, vamos lá!
- D) Vamos lá, falou em voz alta;
- E) Levantou-se e saiu da sala.

8 – (1º Simulado Geral) Assinale a opção que mostra um tema que pode estar relacionado diretamente ao conteúdo exposto.

- A) “Os homens se fascinam pela nova tecnologia, mesmo que não saibam para que a querem” (Oliver Strimpel) / tema: o progresso econômico do país.
- B) “O passado me revelou a construção do futuro” (Teilhard de Chardin) / tema: o valor do ensino da História.
- C) “Um pai vale mais que uma centena de professores”. (George Herbert) / tema: a educação pública.
- D) “Amigos vêm e vão. Inimigos acumulam-se”. (Thomas Jones) / tema: as guerras modernas.
- E) “Todas as palavras são igualmente lindas. Nós é que as corrompemos”. (Nélson Rodrigues) / tema: o uso correto do dicionário.

9 – (1º Simulado Geral) “As páginas do livro trazem ilustrações e as dos jornais, fotos”.

Neste segmento de texto, o jornalista faz elipse de alguns termos que são realmente desnecessários na escrita, já que são facilmente subentendidos: As páginas do livro trazem ilustrações e as [páginas] dos jornais [trazem] fotos.

Assinale a frase abaixo que apresenta um termo elíptico.

- A) Onde vocês moram?
- B) João e Pedro são estrangeiros?
- C) Trabalhou a noite inteira?
- D) Quando os turistas chegaram?
- E) Ninguém sabe o preço desta camisa?

10 – (1º Simulado Geral) Uma das principais características do texto informativo é a sua clareza; um dos meios para se conseguir clareza é o uso da ordem direta nas frases.

Assinale a frase abaixo que se mostra na ordem direta [sujeito + verbo + complemento + adjunto].

- A) Na semana passada eu os vi no cinema.
- B) Só ontem pude comprar o carro.
- C) Pedro e Maria viram, pela janela, os dois assaltantes.
- D) Chegaram alguns convidados antes da hora?
- E) O Vasco, time do Rio, joga amanhã em São Paulo.

11 – (1º Simulado Geral) Para serem claros e precisos, alguns autores esclarecem o significado de adjetivos empregados em seus textos.

Assinale a frase abaixo, retirada de um jornal do Rio de Janeiro, em que o adjetivo em maiúsculas **não** vem acompanhado de nenhuma explicação.

A) A tragédia de Santa Teresa levou sofrimento a duas famílias. Mas os sentimentos são DIFERENTES. Para a família de Maria da Penha Coelho, perda e saudade eterna. Para a de Clara Marques, vergonha e desgosto, que nem o tempo será capaz de apagar.

B) Não sofro mais. Considero-me uma pessoa normal. Esqueci do passado, quero viver o presente. Agora, minha alimentação é totalmente SAUDÁVEL. Durmo cedo e evito tomar remédios.

C) Sei que o fenômeno do funk é INTERESSANTE do ponto de vista antropológico e sociológico, que ele reflete um entrelaçamento positivo entre o morro e o asfalto, uma diluição promissora das fronteiras entre as classes sociais etc.

D) Acostumados a adjetivos POUCO LISONJEIROS, os cariocas, tidos pelo senso comum como malandros e adeptos do jeitinho brasileiro, já podem lavar a alma com orgulho que são os campeões de solidariedade em todo o planeta.

E) Em vez de tentar encontrar um critério científico para eleger os cem melhores poemas brasileiros do século XX numa antologia que agradasse a todos, o crítico Ítalo Moriconi decidiu abraçar o que esta eleição tem de arbitrária e subjetiva. O resultado é uma coletânea que se dirige ao leitor “MARCIANO”, isto é, ignorante em matéria de nossa poesia, mas sequioso de conhecê-la.

12 – (1º Simulado Geral) Um cliente do Banco X recebeu o seguinte e-mail:

“Em caso de algum problema com sua conta, somente aceite informações de funcionários do Banco”.

Na estruturação dessa frase há um problema. Assinale-o.

- A) A falta de paralelismo.
- B) A ambiguidade na construção.
- C) Erros gramaticais.
- D) Problemas de pontuação.
- E) Ausência de coerência.

13 – (1º Simulado Geral) Texto 4 - Inquérito Policial

“O primeiro passo para delimitar os aspectos gerais do que seria o inquérito policial pode partir do próprio vernáculo, inquérito, que pode ser entendido como ‘ato ou efeito de inquirir; conjunto de atos ou diligências com o que se visa a apurar alguma coisa’, ao passo que o verbo inquirir, do qual o substantivo deriva, pode ser definido como ‘procurar informações acerca de; indagar; investigar; pesquisar’, ou ainda, ‘fazer indagações, investigações, pesquisas, perquirições, de natureza filosófica ou científica; investigar, indagar, pesquisar, esquadrinhar’.

Assim, sob um ponto de vista geral, podemos entender o inquérito como o conjunto de atos e diligências que, por meio de investigação, pesquisa e perquirição, busca apurar as causas de algo”

(Jusbrasil.com.br).

“...fazer indagações, investigações, pesquisas, perquirições, de natureza filosófica ou científica; investigar, indagar, pesquisar, esquadrinhar.”

Esse segmento final do primeiro parágrafo do texto mostra:

- A) uma série de sinônimos;
- B) uma definição e sinônimos;
- C) informações sobre a origem do vocábulo;
- D) classificações variadas de um mesmo vocábulo;
- E) um conjunto de definições.

14 – (1º Simulado Geral) Abaixo estão vários segmentos que compõem um texto. De propósito, foram retiradas as palavras de ligação entre eles.

Assinale a opção que apresenta a frase em que a lacuna foi preenchida com o conector adequado.

- A) O apetite vem enquanto se come [ ] a sede se vai enquanto se bebe / mas.
- B) Beber é humano, [ ], bebamos / pois.
- C) Um médico consciente deve morrer com o doente, [ ] eles não conseguem sarar juntos / enquanto.
- D) Deus manda a comida [ ] o diabo, os cozinheiros / quando.
- E) O saber e a razão falam [ ] a ignorância e o errado rugem / à medida que.

15 – (1º Simulado Geral) “Parece que este pequeno mosquito tipo um pernilongo de cor escura...”. Nessa frase ocorre uma forma comparativa por meio do conector tipo.

Assinale a frase abaixo que não contém uma estrutura comparativa.

- A) O mosquito voa tal qual um helicóptero.
- B) A dengue se propaga que nem notícia ruim.
- C) As autoridades ficam feito baratas tontas.
- D) As baratas são insetos de má aparência.
- E) Nem todos agem como devem.

16 – (1º Simulado Geral) Assinale a opção que apresenta a substituição adequada dos termos sublinhados por um só vocábulo de significado equivalente.

- A) Mais um verão e mais uma vez a dengue está de volta / repentinamente.
- B) Vamos continuar de tempos em tempos a precisar de vacinação / frequentemente.
- C) Ele trabalha doze horas todos os dias / continuamente.
- D) João, dia após dia progrediu no emprego / paulatinamente.
- E) O paciente devia tomar remédios de hora em hora / progressivamente.

17 – (1º Simulado Geral) Há diferentes tipos de frases: a) declarativa - formula uma declaração, afirmativa ou negativa; b) imperativa ou injuntiva - expressa uma ordem ou uma proibição, um pedido ou um conselho; c) interrogativa - pergunta algo; d) exclamativa - traduz emoções, sentimentos.

Assinale a frase abaixo que deve ser classificada como injuntiva.

- A) Você pode dizer-me as horas?
- B) Está quente aqui dentro!
- C) Você está muito anêmico!
- D) Que frio!
- E) Eu tenho a tua palavra de honra?

18 – (1º Simulado Geral) "...passamos a adotar pequenas atitudes diárias que fazem uma grande diferença no mundo..."; nesse trecho há a presença de um tipo de linguagem figurada denominada antítese, marcada pela oposição pequena X grande.

Assinale a opção abaixo que não traz nenhuma antítese.

- A) "Os que muito falam pouco fazem de bom".
- B) "Falar é barato porque a oferta é maior do que a demanda".
- C) "O segredo é um perigo".
- D) "A vida dos mortos está na memória dos vivos."
- E) "O covarde morre muitas vezes, mas o valente só morre uma vez".

19 – (1º Simulado Geral) Assinale a frase publicitária que apresenta o valor social corretamente identificado.

- A) Tenha um Jeep e elas olharão para você! / vaidade.
- B) More em Tiradentes: sempre silencioso! / segurança.
- C) Use Oral-B e tenha um sorriso brilhante! / saúde.
- D) Faça suas compras em sua cidade! / economia.
- E) Compre impressoras IBM: mais com menos tinta! / beleza.

20 – (1º Simulado Geral) “A mudança começa por entendermos que tudo está ligado”.

Essa oração pode ser transformada em frase nominal, substituindo o verbo pelo substantivo correspondente e fazendo-se as adaptações necessárias:

“A mudança começa pelo entendimento de que tudo está interligado”.

Fazendo o mesmo nas frases a seguir, assinale a forma inadequada.

- A) É como trocar o carro pela bicicleta / é como a troca do carro pela bicicleta.
- B) Colaboramos para melhorar a qualidade do ar / colaboramos para a melhoria da qualidade do ar.
- C) Os produtos vegetais são úteis para preservar a natureza / os produtos vegetais são úteis para a preservação da natureza.
- D) Preferimos sentir o vento no rosto / Preferimos a sensação do vento no rosto.
- E) Fizemos os fertilizantes proverem o agronegócio / fizemos os fertilizantes darem proveniência ao agronegócio.

21 – (1º Simulado Geral) “A história é um pesadelo do qual estou tentando acordar.” Nesta frase emprega-se corretamente a expressão “do qual” em função de ter sido empregado o verbo “acordar”.

Assinale a opção em que o termo sublinhado está empregado **corretamente**.

- A) “A cultura histórica tem o objetivo de manter viva a consciência de que a sociedade humana tem do próprio passado.”
- B) “A história é uma galeria de quadros de onde há poucos originais e muitas cópias.”
- C) “Compra não o que consideras oportuno, mas no que te falta.”
- D) “A maior parte das coisas de que dizemos e fazemos não é necessária.”
- E) “Esses são os problemas de que devemos falar na reunião.”

22 – (1º Simulado Geral) *Na Europa, supostamente mais organizada, falhou a regulamentação financeira, o que convergiu com a crise de 2008 nos EUA para dar origem à presente situação.*

No período acima, empregou-se corretamente o acento grave indicativo de crase. Assinale a alternativa em que isso NÃO tenha ocorrido.

- A) Comunicaram o nascimento do filho à família.
- B) Eles sempre obedecem às regras do campeonato.
- C) Eles foram à Brasília de Niemeyer.
- D) Nosso horário é das 8h às 17h.
- E) O curso vai de segunda à sexta.

23 – (1º Simulado Geral) Observe o seguinte trecho retirado de um texto:

"Foram 20 meses de muito poder..."

Assinale a alternativa em que, alterando-se a forma grifada acima, não se manteve adequação à norma culta.

- A) Há 20 meses de muito poder...
- B) Fazem 20 meses de muito poder...
- C) Havia 20 meses de muito poder...
- D) São 20 meses de muito poder...
- E) Completam 20 meses de muito poder...

24 – (1º Simulado Geral) Momento da Economia

Há sutis melhorias à frente; possibilidades vagas que nascem muitas vezes do agudo da crise. Mas é bom falar nelas em momentos de escassez de esperança. "A inflação será forte este ano, mas a recessão vai derrubá-la no ano que vem", diz o economista José Roberto Mendonça de Barros. A recessão e a disparada do câmbio estão fazendo o ajuste externo, e o país pode ter dois anos de superávits altos.

*(Miriam Leitão, O Globo, 16/10/2015)*

No texto, ao atribuir a um economista conhecido a citação entre aspas, a autora do texto pretende certamente:

- A) prestigiar a fala de um amigo;
- B) criticar a linguagem popular do economista;
- C) demonstrar a importância do tema tratado;
- D) dar autoridade à opinião expressa;
- E) passar clareza no tratamento do tema.

## MATEMÁTICA E RACIOCÍNO LÓGICO

25 – (1º Simulado Geral) Em um grupo de 40 pessoas, há peritos e não peritos. O dobro do número de peritos excede o triplo do número de não peritos em 5 pessoas.

A diferença entre o número de peritos e o número de não peritos nesse grupo é igual a

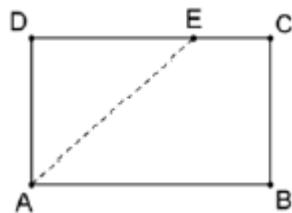
- A) 6.
- B) 7.
- C) 8.
- D) 9.
- E) 10.

26 – (1º Simulado Geral) Abigail, Bianca e Célia marcaram um encontro em um restaurante para almoçarem juntas. Abigail chegou às 12h37min, Bianca chegou 23 minutos antes de Célia e Célia chegou às 13h16min.

O tempo que Bianca chegou depois de Abigail foi, em minutos,

- A) 16.
- B) 15.
- C) 14.
- D) 13.
- E) 12.

27 – (1º Simulado Geral) O retângulo ABCD da figura a seguir tem as dimensões  $AB = 10$  e  $BC = 6$ .



O ponto E do lado CD é tal que o segmento AE divide o retângulo em duas partes de forma que a área de uma seja o dobro da área da outra.

O segmento DE mede

- A)  $13/2$
- B)  $16/3$
- C)  $20/3$
- D)  $21/4$
- E)  $25/4$

28 – (1º Simulado Geral) Deseja-se dividir um terreno quadrado ABCD com 30 m de lado, por meio de um segmento BE, em que o ponto E pertence ao lado AD, de modo que a área do triângulo ABE seja 300 m<sup>2</sup>.

A medida do segmento AE deve ser de

- A) 10 m.
- B) 15 m.
- C) 20 m.
- D) 25 m.
- E) 30 m.

29 – (1º Simulado Geral) Entre os números a seguir, o maior é

- A) 0,7.
- B) 0,61.
- C) 0,555.
- D) 0,609.
- E) 0,11111.

30 – (1º Simulado Geral) Em um saco há 180 bolinhas, umas brancas, outras pretas e não há bolinhas de outra cor. Das bolinhas do saco, 60% são pretas. São retiradas  $N$  bolinhas brancas do saco e, então a porcentagem de bolinhas pretas do saco passou a ser de 80%.

O valor de  $N$  é

- A) 20.
- B) 25.
- C) 30.
- D) 40.
- E) 45.

31 – (1º Simulado Geral) Segundo dados da PM do Estado do Amazonas, o número de veículos recuperados em 2018 foi 320 e o número de veículos recuperados em 2020 foi 870.

Comparando os dados desses dois anos, o número de veículos recuperados em 2020 foi maior que o de 2018 em cerca de:

- A) 130%
- B) 140%
- C) 150%.
- D) 160%.
- E) 170%.

32 – (1º Simulado Geral) O gráfico a seguir mostra a evolução da população brasileira até 2010.



O período em que houve maior crescimento populacional em termos absolutos foi:

- A) de 1960 a 1970.
- B) de 1970 a 1980.
- C) de 1980 a 1991.
- D) de 1991 a 2000.
- E) de 2000 a 2010.

33 – (1º Simulado Geral) Considere a afirmação: “Nenhum soldado escuta mal”.

A sua negação é:

- A) Há pelo menos um soldado que escuta mal.
- B) Vários soldados escutam mal.
- C) Todos os soldados escutam mal.
- D) Todos os soldados escutam bem.
- E) Todas as pessoas que escutam bem são soldados.

34 – (1º Simulado Geral) O diretor de uma empresa fez ao funcionário Miguel, do departamento financeiro, uma pergunta que foi prontamente respondida:

Diretor: — João disse que todos os funcionários receberam gratificação.

Miguel: — Não é verdade o que João disse.

Se o diretor considerou que Miguel falou a verdade, é correto concluir que

- A) pelo menos um funcionário não recebeu gratificação.
- B) nenhum funcionário recebeu gratificação.
- C) um único funcionário não recebeu gratificação.
- D) mais da metade dos funcionários não receberam gratificação.
- E) somente um funcionário recebeu gratificação.

35 – (1º Simulado Geral) Considere a sequência das letras do alfabeto formada por 1 letra A, 2 letras B, 3 letras C, e assim por diante até o final com 26 letras Z.

**A B B C C C D D D D E E E E ...**

A 100ª letra dessa sequência é

- A) M.
- B) N.
- C) O.
- D) P.
- E) Q.

36 – (1º Simulado Geral) Sabe-se que a sentença “Se o sapato é preto, então a meia é preta ou o cinto é preto” é FALSA.

É correto concluir que

- A) o sapato é preto, a meia não é preta, o cinto não é preto.
- B) o sapato é preto, a meia é preta, o cinto não é preto.
- C) o sapato é preto, a meia é preta, o cinto é preto.
- D) o sapato não é preto, a meia não é preta, o cinto não é preto.
- E) o sapato não é preto, a meia é preta, o cinto é preto.

37 – (1º Simulado Geral) Um antigo ditado diz: “Se há fumaça então há fogo”.

Uma sentença logicamente equivalente é

- A) se há fogo então há fumaça.
- B) se não há fumaça então não há fogo.
- C) se não há fogo, então não há fumaça.
- D) se não há fumaça pode haver fogo.
- E) se há fogo então pode haver fumaça.

38 – (1º Simulado Geral) Gabriel comprou a camiseta do Nacional-AM, e guardou para uma ocasião especial. Certo dia, procurado em casa por um amigo, sua irmã disse:

“Vestiu a camiseta e foi ao jogo ou ao bar.”

A negação lógica dessa sentença é:

- A) Não vestiu a camiseta e foi ao jogo ou ao bar.
- B) Vestiu a camiseta e não foi ao jogo ou ao bar.
- C) Vestiu a camiseta e não foi ao jogo nem ao bar.
- D) Não vestiu a camiseta ou foi ao jogo ou ao bar.
- E) Não vestiu a camiseta ou não foi ao jogo nem ao bar.

39 – (1º Simulado Geral) Considere as afirmativas:

Alguns homens gostam de ler.

Quem gosta de ler vai à livraria.

A partir dessas afirmativas é correto concluir que:

- A) Todos os homens vão à livraria.
- B) Mulheres não gostam de ler.
- C) Quem vai à livraria gosta de ler.
- D) Se um homem não vai à livraria então não gosta de ler.
- E) Quem não gosta de ler não vai à livraria.

40 – (1º Simulado Geral) Os números naturais foram escritos em uma tabela de 4 linhas como na figura a seguir.

4	5	12	13	...	...		
3	6	11	14	...	...		
2	7	10	15	18	...		
1	8	9	16	17	...		

As linhas são numeradas de baixo para cima e as colunas são numeradas da esquerda para a direita.

O número da linha e o número da coluna onde está o número 2022 são, respectivamente,

A) 2 e 253.

B) 3 e 253.

C) 2 e 506.

D) 3 e 506.

E) 4 e 524.

## **NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

41 – (1º Simulado Geral. 2023) Observe o ícone a seguir.



O botão Mostrar/Ocultar, usualmente exibido na guia “Página inicial” no MS Word 2010 e identificado por meio desse ícone, permite que sejam mostrados(as) ou ocultados(as)

- A) as alterações efetuadas no texto.
- B) as marcas de parágrafos.
- C) os comentários.
- D) os nomes dos estilos empregados.
- E) os trechos removidos do texto.

42 – (1º Simulado Geral. 2023) Nos sistemas operacionais modernos, a ferramenta responsável por gerenciar automaticamente o uso da memória principal, com o emprego de dispositivo de armazenamento secundário como extensão do espaço da memória principal, é a memória

- A) secundária.
- B) virtual.
- C) ROM.
- D) física.
- E) RAM.

43 – (1º Simulado Geral. 2023) Com referência ao Prompt de comando do Windows 10, assinale a função do comando cd:

- A) Estabelecer as permissões de acesso de um arquivo.
- B) Exibir o conteúdo de um arquivo.
- C) Exibir o nome do diretório atual ou mudar o diretório atual.
- D) Renomear um diretório ou arquivo.
- E) Trocar o usuário.

44 – (1º Simulado Geral. 2023) Na tela do *Explorador de Arquivos do Windows 10*, uma das colunas exibe o tamanho dos arquivos de uma determinada pasta (ou diretório).

A unidade KB, utilizada nesse contexto, é equivalente a

- A) 1.024 bits.
- B) 1.024 bytes.
- C) 256 bits.
- D) 256 bytes.
- E) 512 bytes.

45 – (1º Simulado Geral. 2023) Com relação às impressoras gráficas, as informações sobre a resolução da imagem/texto impressos são, usualmente, apresentadas por meio do padrão

- A) linhas por polegada.
- B) pontos por centímetro.
- C) pontos por linha.
- D) pontos por polegada quadrada.
- E) pontos por polegada.

46 – (1º Simulado Geral. 2023) João trabalha com muitas planilhas do Excel, e costuma imprimir certas páginas que são anexadas a relatórios ou arquivos históricos. Assim sendo, é importante que no ato da impressão sejam incluídos no cabeçalho, ou no rodapé, itens como:

- (1) data e hora,
- (2) nome do arquivo,
- (3) caminho completo (*path*) do arquivo e
- (4) número de páginas, de modo que cada relatório seja claramente identificado.

Na guia Design, isso pode ser feito automaticamente pelo Excel para os itens

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1, 2 e 3, somente.
- C) 1, 2 e 4, somente.
- D) 1, 3 e 4, somente.
- E) 2, 3 e 4, somente.

47 – (1º Simulado Geral. 2023) Os atalhos de teclado para gravação (salvar) de um documento em edição no LibreOffice Writer 6 e no Word 2010 são, respectivamente,

- A) Ctrl + O e Ctrl + W.
- B) Ctrl + P e Ctrl + S.
- C) Ctrl + S e Ctrl + B.
- D) Ctrl + T e Ctrl + U.
- E) Ctrl + W e Ctrl + O.

48 – (1º Simulado Geral. 2023) Observe o endereço (URL) de um recurso na Internet.

[https://www.mercado.com.br/Informatica  
/?Filtro=C56](https://www.mercado.com.br/Informatica/?Filtro=C56)

De acordo com a estrutura padrão de um(a) URL, o componente que NÃO foi explicitamente especificado é:

- A) caminho (path);
- B) domínio;
- C) esquema ou protocolo;
- D) porta;
- E) *query string*.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

49 – (1º Simulado Geral) Considere a seguinte hipótese: O Congresso Nacional aprovou, em cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, por meio do Decreto Legislativo “X” determinada Convenção sobre Direitos Humanos. A hierarquia normativa da referida Convenção Internacional, de acordo com a Constituição Federal, é de

A) emenda constitucional, pois se trata de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos e foi aprovada pelo Congresso Nacional, em cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

B) emenda constitucional, pois se trata de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos, independentemente da aprovação pelo Congresso Nacional para adquirir referido status.

C) emenda constitucional, independentemente de dispor ou não sobre Direitos Humanos.

D) lei ordinária, pois se trata de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos e foi aprovada pelo Congresso Nacional, em cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

E) lei complementar, pois se trata de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos e foi aprovada pelo Congresso Nacional, em cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

50 – (1º Simulado Geral) Peter, cidadão alemão que, após atingir a maioridade, naturalizou-se cidadão brasileiro, foi citado para responder a processo de extradição iniciado pelo Governo alemão. Tal fato ocorreu em razão de sua condenação pela prática de crime no território alemão. Pode-se afirmar que a extradição:

A) é impossível, pois nenhum cidadão brasileiro pode ser extraditado;

B) seria possível no caso de crime comum praticado antes da naturalização;

C) é possível independentemente da existência de acordo de reciprocidade entre os Governos brasileiro e alemão;

D) do brasileiro naturalizado somente não é concedida no caso de crime político ou de opinião;

E) deve ser deferida, pois o Estado alemão é soberano para executar as penas aplicadas pelos seus órgãos judiciais.

51 – (1º Simulado Geral) Johan nasceu em território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade alemã, aqui se encontravam com visto de turistas. Após o nascimento, foi levado para a Alemanha, onde era legalmente reconhecida sua nacionalidade alemã nata pelo critério do jus sanguinis. Ao completar 25 anos de idade, foi acusado de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes na Alemanha, tendo retornado pela primeira vez ao Brasil, o que ocorreu na condição de fugitivo.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Johan:

- A) apenas tem a nacionalidade alemã, sendo possível o acolhimento do pedido de extradição eventualmente formulado pelo governo da Alemanha;
- B) além de ter a nacionalidade alemã, é brasileiro nato, não sendo passível de ser acolhido eventual pedido de extradição formulado pelo governo da Alemanha;
- C) em razão do princípio da unicidade, teve a nacionalidade brasileira, de caráter nato, cancelada, assim que reconhecida a alemã, sendo cabível, portanto, eventual extradição;
- D) apesar de ter a nacionalidade alemã, pode requerer a brasileira, por ter atingido a maioridade, assim que ingressar no território nacional, o que obstará eventual extradição;
- E) apesar de ter a nacionalidade alemã, pode requerer a brasileira, por ter atingido a maioridade, assim que ingressar no território nacional, o que não obstará eventual extradição.

52 - (1º Simulado Geral) Analise as assertivas a seguir acerca dos servidores públicos.

I. É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

II. o regime geral de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

III. Decreto do Presidente da República disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, exceto sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I e III, apenas.

53 - (1º Simulado Geral) João, jovem de 18 anos de idade que se alistou no exército e que se encontrava durante o período de serviço militar obrigatório, pretendia servir à coletividade no cargo de vereador.

Ao se inteirar de sua situação pessoal e da possibilidade de concorrer ao cargo eletivo, João concluiu corretamente que é

- A) inalistável, o que não lhe permite votar ou mesmo ser votado.
- B) alistável e já alcançou a idade mínima de 18 anos para concorrer ao cargo eletivo de vereador.
- C) alistável e elegível, caso receba autorização expressa do comandante da unidade militar em que está lotado.
- D) alistável, mas não alcançou a idade mínima para concorrer ao cargo eletivo de vereador, pois ainda não tem 21 anos.
- E) inalistável, o que o impede de votar, mas não há óbice a que concorra ao cargo eletivo de vereador, pois atingiu a idade mínima de 18 anos.

54 - (1º Simulado Geral) Analise as seguintes assertivas a respeito do Ministério Público, à luz da Constituição Federal.

I) Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é obrigatória aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público.

II) é vedado aos membros do Ministério Público o exercício de atividade político-partidária.

III) é autorizado aos membros do Ministério Públicos o exercício da advocacia.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

55 – (1º Simulado Geral) O Ministério Público, enquanto órgão público, sujeita-se a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas. A referida fiscalização:

A) Será exercida, apenas, mediante controle externo, pelo Poder Legislativo através do Tribunal de Contas.

B) Será exercida, apenas, mediante controle interno, pela Diretoria Técnica de Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, organizada e estruturada por ato do Procurador-Geral de Justiça.

C) Será exercida, mediante controle externo, pelo Poder Legislativo e, mediante controle interno, pela Diretoria Técnica de Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, organizada e estruturada por ato do Procurador-Geral de Justiça.

D) Será exercida, mediante controle externo, pelo Poder Executivo e, mediante controle interno, pela Diretoria Técnica de Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, organizada e estruturada por ato do Procurador-Geral de Justiça.

E) Será exercida, mediante controle externo, pelo Poder Legislativo e, mediante controle interno, pela Corregedoria Geral do Ministério Público, com o auxílio do Colégio de Procuradores.

56 – (1º Simulado Geral) Considerando a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, assinale a alternativa correta.

A) Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público decidir, no prazo máximo de noventa dias, sobre o não vitaliciamento.

B) Para cada vaga destinada ao preenchimento por remoção ou promoção, expedir-se-á edital distinto, sucessivamente, com a indicação do cargo correspondente à vaga a ser preenchida.

C) Quando da reintegração, haverá resarcimento dos vencimentos e das vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, com exceção da contagem do tempo de serviço.

D) Verificada a vaga para remoção ou promoção, o Conselho Superior do Ministério Público expedirá, no prazo máximo de trinta dias, edital para preenchimento do cargo.

E) É obrigatória a abertura do concurso de ingresso quando o número de vagas atingir 1/3 (um terço) dos cargos iniciais da carreira.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

57 – (1º Simulado Geral) Determinado agente público praticou ato de improbidade administrativa, com o envolvimento de pessoa jurídica de direito privado.

Nessa situação hipotética, respondem por improbidade administrativa imputada à referida pessoa jurídica os

- A) sócios, independentemente de sua participação no ato, dada a responsabilidade solidária.
- B) sócios, pelo ato praticado, independentemente de qualquer participação ou benefício diretos, dada a responsabilidade subsidiária.
- C) cotistas, independentemente de terem praticado o ato, dada a responsabilidade subsidiária.
- D) diretores, pelo ato praticado, independentemente de qualquer participação.
- E) diretores, nos limites da participação de cada um deles e caso tenha havido benefício direto.

58 – (1º Simulado Geral) No ano de 2022, João, ocupante do cargo efetivo de Consultor do Tesouro Estadual do Estado Gama, praticou ato de improbidade administrativa consistente em receber dolosamente, para si, dinheiro, a título de presente de sociedade empresária que tinha interesse direto que podia ser amparado por ação ou omissão decorrente de suas atribuições como agente público.

O Ministério Público, após investigação por meio de inquérito civil, ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

Com receio de perder sua função pública, João pretende pedir exoneração e prestar novo concurso público para o cargo de Procurador do Estado Gama.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.429/92 (com redação dada pela Lei nº 14.230/21), a sanção de perda da função pública

- A) não mais figura como penalidade a ser eventualmente aplicada a João, que pode receber outras sanções, como suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
- B) não mais figura como penalidade a ser eventualmente aplicada a João, que pode receber outras sanções, como pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- C) atinge automaticamente todo e qualquer cargo, emprego ou função pública exercidos por João no momento em que ocorrer o trânsito em julgado de eventual decisão condenatória.
- D) atinge automaticamente todo e qualquer cargo, emprego ou função pública exercidos por João no momento em que for publicada eventual sentença condenatória e eventual apelação não tem, em regra, efeito suspensivo.
- E) atinge apenas o vínculo da mesma qualidade e natureza que João detinha com o poder público na época do cometimento da infração, podendo o magistrado, em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração.

59 – (1º Simulado Geral) Inexistindo prazo expressamente determinado, dispõe a Res. 664-PGJ-CGMP que as requisições e notificações serão encaminhadas em até:

- a) 24 horas.
- b) 2 dias.
- c) 5 dias.
- d) 8 dias.
- e) 10 dias

60 – (1º Simulado Geral) Conforme dispõe a Resolução n. 1.342, de 01/07/2021, assinale a alternativa correta.

- a) O inquérito civil não poderá ser instaurado em razão de notícia de fato.
- b) A decisão que arquiva a notícia de fato é irrecorrível.
- c) O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável.
- d) Os atos e peças da investigação deverão ser sempre públicos.
- e) Havendo conflito de atribuições, negativo ou positivo, este deverá ser suscitado nos próprios autos ao Procurador-Geral de Justiça, que o decidirá em 30 (trinta) dias.

61 – (1º Simulado Geral) Funcionário público estadual, encarregado de receber valores referentes a pagamento de honorários advocatícios em favor do Estado, dá como quitado pagamento de honorários que, posteriormente, verifica-se que estavam a menor. Nesta hipótese e considerando o previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo,

- A) poderá ser administrativamente processado em até 10 anos.
- B) poderá sofrer penalidade de demissão após a conclusão de sindicância.
- C) o funcionário terá o prejuízo descontado integralmente de seu salário.
- D) o funcionário somente será responsabilizado se não for possível cobrar do devedor original.
- E) terá como sanção cabível apenas a suspensão.

62 – (1º Simulado Geral) Murilo, Oficial de Defensoria Pública do Estado, de histórico funcional exemplar, vez que nunca havia sofrido qualquer penalidade na esfera administrativa, agiu com indisciplina no exercício de sua função pública. Nos termos da Lei Estadual nº 10.261/1968, estará sujeito à penalidade de

- A) Suspensão por noventa dias.
- B) Suspensão por trinta dias.
- C) Demissão.
- D) Suspensão por sessenta dias.
- E) Repreensão.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

63 – (1º Simulado Geral) Em meio ao transcurso de determinada ação coletiva visando à reparação de danos ambientais, autor e réu já apresentaram suas respectivas manifestações tempestivamente no processo. Pouco antes da suspensão temporária dos prazos, em virtude do recesso forense, o Ministério Público é intimado para intervir na demanda.

Com o retorno das atividades judiciais, passados 18 (dezotto) dias úteis da ciência da referida intimação, o membro do parquet se manifesta devidamente perante os autos, por meio de parecer favorável à pretensão autoral, em virtude do reconhecimento dos danos deflagrados.

Nesse cenário,

A) a intervenção é tempestiva, considerando o disposto no Art. 178, I do Código de Processo Civil.

B) a intervenção é intempestiva, tendo em vista que o atual Código de Processo Civil padronizou a contagem de prazos processuais em 15 dias úteis.

C) a intervenção é intempestiva, pois se trata de hipótese a qual o Ministério Público não goza de qualquer contagem de prazo dobrado, nos termos do Art. 180, §2º do Código de Processo Civil.

D) a intervenção é tempestiva, considerando que os 30 dias corridos se opera após o retorno de recesso forense do Poder Judiciário, nos termos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

E) a intervenção é tempestiva, pois em razão de envolver matéria de Direito Ambiental, há expressiva complexidade, apta a permitir a contagem de prazo

dobrado, consoante o microssistema de tutela coletiva, na forma do Art. 81 do Código de Defesa do Consumidor.

64 - (1º Simulado Geral) Feita a citação por meio eletrônico, no endereço previamente indicado pelo citando nos cadastros do Poder Judiciário, acompanhada das orientações para a realização da confirmação de recebimento e de código identificador, o prazo de resposta começa a fluir no:

A) dia útil seguinte à confirmação do recebimento da citação;

B) dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz;

C) dia útil seguinte à juntada aos autos da confirmação do recebimento da citação;

D) segundo dia útil seguinte à confirmação do recebimento da citação;

E) quinto dia útil seguinte à confirmação do recebimento da citação.

65 - (1º Simulado Geral) Alberto Roberto tornou-se réu em uma ação de cobrança de nota promissória. Ficou sabendo por um escrevente do Cartório, procurou um advogado e, antes mesmo de ser citado, contestou o feito. Essa contestação

A) será tida por intempestiva, pois o que define a tempestividade é o início da contagem do prazo, ainda não iniciado.

B) será considerada tempestiva, sem necessidade de reiteração do ato após a citação de Alberto Roberto.

C) será considerada um ato praticado condicionalmente, pois dependerá de ratificação por Alberto Roberto, necessariamente dentro do prazo legal de oferecimento da defesa.

D) é intempestiva, porque praticado o ato fora do prazo, o que se dá tanto antes quanto depois de finalizada sua contagem; no entanto, se o autor concordar, será a contestação tida por tempestiva, caracterizando a anuênciam um negócio jurídico- processual.

E) será tida por inexistente, devendo ser praticado o ato novamente no prazo legal da contestação.

66 – (1º Simulado Geral) Em relação às normas fundamentais do processo civil, julgue “V” para assertiva verdadeira e “F” para assertiva falsa.

( ) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, exceto no curso do processo judicial.

( ) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

( ) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

( ) A arbitragem foi expressamente vedada pelo Código de Processo Civil, sendo permitida apenas a conciliação e a mediação.

A) V, F, F e V.

B) F, V, V e F.

C) V, V, F e F.

D) F, F, V e V.

E) F, F, F e F.

67 – (1º Simulado Geral) Com relação à mediação, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa, nos termos da Lei 13.140/2015.

( ) Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial com poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia propõe soluções consensuais para a controvérsia.

( ) Na hipótese de existir previsão contratual de cláusula de mediação, as partes não precisam comparecer à primeira reunião de mediação.

( ) A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.

A) F, F e V.

B) V, V e F.

C) V, V e V.

D) F, F e F.

E) V, F e V.

68 – (1º Simulado Geral) Para efeitos da Resolução nº 225/2016 do CNJ, considera-se procedimento restaurativo:

A) todo e qualquer encontro, inclusive os preparatórios ou de acompanhamento, entre as pessoas diretamente envolvidas nos fatos ocorridos.

B) quaisquer situações apresentadas para solução por intermédio de práticas restaurativas.

C) abordagem diferenciada das situações narradas ou dos contextos a elas relacionados.

D) conjunto de atividades e etapas a serem promovidas objetivando a composição das situações descritas nesta Resolução.

E) forma diferenciada de tratar as situações citadas nesta Resolução.

#### **DIREITO PENAL**

69 – (1º Simulado Geral) Tibério resolve adulterar sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, de modo a averbar que teria iniciado a trabalhar um ano antes no seu primeiro vínculo empregatício, com vistas a antecipar sua aposentadoria, quando for o caso.

A conduta de Tibério é considerada

A) crime de falsificação de documento particular.

B) crime de falsificação de documento público.

C) atípica porque ainda não pleiteou a aposentadoria junto ao INSS.

D) crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal.

E) crime de uso de documento falso.

70 – (1º Simulado Geral) No curso de uma assembleia de condomínio de prédio residencial foram discutidos e tratados vários pontos. O morador Rodrigo foi o designado para redigir a ata respectiva, descrevendo tudo que foi discutido na reunião. Por esquecimento, deixou de fazer constar ponto relevante debatido, o que deixou Lúcio, um dos moradores, revoltado ao receber cópia da ata. Indignado, Lúcio promove o devido registro na delegacia própria, comprovando que Rodrigo, com aquela conduta, havia lhe causado grave prejuízo financeiro.

Após oitiva dos moradores do prédio, em que todos confirmaram que o tema mencionado por Lúcio, de fato, fora discutido e não constava da ata, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Rodrigo, imputando-lhe a prática do crime de falsidade ideológica de documento público.

Considerando que todos os fatos acima destacados foram integralmente comprovados no curso da ação, o(a) advogado(a) de Rodrigo deverá alegar que

A) ele deve ser absolvido por respeito ao princípio da correlação, já que a conduta por ele praticada melhor se adequa ao crime de falsidade material, que não foi descrito na denúncia.

B) sua conduta deve ser desclassificada para crime de falsidade ideológica culposa.

C) a pena a ser aplicada, apesar da prática do crime de falsidade ideológica, é de 01 a 03 anos de reclusão, já que a ata de assembleia de condomínio é documento particular e não público.

D) ele deve ser absolvido por atipicidade da conduta.

E) sua conduta deve ser reclassificada para crime de falsidade ideológica qualificada.

71 – (1º Simulado Geral) Determinado ocupante de cargo público indicou duas servidoras para o exercício de cargos em comissão. Valendo-se da posição hierárquica, desde a data da investidura de cada uma delas, o agente passou a exigir, para si, vantagem mensal indevida, à ordem de R\$ 2.000,00. Referido comportamento foi reiterado 49 vezes, alcançando o valor total de R\$ 146.000,00. Os pagamentos ocorriam mediante envelopes depositados sobre a mesa de trabalho do acusado ou mediante transferências bancárias, com manutenção de rigoroso controle por parte do agente, que mantinha contracheque das servidoras e caderno de registro de créditos.

Para o enquadramento jurídico-penal, é correto afirmar que tal comportamento constitui o delito de

A) corrupção passiva.

B) concussão.

C) prevaricação.

D) excesso de exação.

E) peculato.

72 – (1º Simulado Geral) Em uma situação hipotética, a ex-companheira de um servidor da Defensoria Pública comparece à Instituição para solicitar assistência jurídica diante de um mandado de citação em ação de reintegração de posse. Para prejudicá-la, o servidor deixa de encaminhar o documento ao Defensor Público responsável no prazo devido. Essa conduta caracteriza, em tese, o crime de

A) concussão.

B) advocacia administrativa.

C) peculato.

D) prevaricação.

E) condescendência criminosa.

73 – (1º Simulado Geral) Ricardo, profissional liberal, estranho ao quadro da Polícia Civil, agindo como se fosse policial civil, comparece em uma residência para cumprir um mandado de busca e apreensão e lá solicita e recebe do morador a quantia de R\$ 1.000,00 para não prosseguir com a diligência. Ricardo praticou crime de:

- A) Corrupção ativa simples.
- B) Usurpação de função pública qualificada.
- C) Corrupção passiva simples.
- D) Usurpação de função pública simples.
- E) Corrupção passiva privilegiada

74 – (1º Simulado Geral) Marcos estava sendo acusado de roubo. Preocupado com o futuro de Marcos, que havia recentemente sido aprovado em um concurso para a carreira policial, Carlos, pai de Marcos, comunicou à autoridade ser o autor do roubo e assumiu, em juízo, a prática do crime.

Nessa situação hipotética, caso seja descoberta a mentira, Carlos responderá pela prática do crime de

- A) falso testemunho.
- B) fraude processual.
- C) autoacusação falsa.
- D) denunciaçāo caluniosa.
- E) comunicação falsa de crime.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

75 – (1º Simulado Geral) Sobre o acordo de não persecução penal, é correto afirmar:

- A) Os tribunais superiores possuem entendimento unânime de não admitir sua aplicação aos processos já em curso, por se tratar de norma de caráter processual.
- B) Um dos requisitos para seu oferecimento é que o investigado tenha confessado a prática da infração penal formal e circunstancialmente perante a autoridade policial.
- C) A confissão formal e circunstancial a que se refere o artigo 28-A, do Código de Processo Penal deve ser feita à autoridade judicial.
- D) É cabível ainda que o investigado esteja em cumprimento de suspensão condicional do processo quando da prática da infração penal, pois referida suspensão não enseja reincidência.
- E) Para aferição da pena mínima exigida como requisito para seu oferecimento, devem ser consideradas as causas de aumento e diminuição de pena aplicáveis ao caso concreto.

76 – (1º Simulado Geral) Ao tratar da iniciativa da ação penal, o Código de Processo Penal, estabelece, como regra, que a iniciativa será do Ministério Público. Todavia, mesmo nos crimes de ação pública, por vezes, a lei exige a representação do ofendido. Declarado judicialmente ausente o ofendido, terão qualidade para representá-lo APENAS

- A) os herdeiros necessários, o curador especial ou advogado constituído.
- B) o cônjuge, ascendente ou descendente.
- C) o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- D) os sucessores ou curador.
- E) os sucessores ou tutor.

77 – (1º Simulado Geral) Constitui hipótese de impedimento do representante do Ministério Público:

- A) a participação de membro do Ministério Público na fase de investigação criminal como testemunha;
- B) quando parente do Promotor de Justiça tiver atuado nos autos como auxiliar da Justiça;
- C) quando parente do Promotor de Justiça tiver atuado nos autos como Promotor de Justiça;
- D) quando parente do Promotor de Justiça for atuar nos autos como Procurador de Justiça;
- E) a participação de membro do Ministério Público na fase de investigação criminal em relação ao oferecimento da denúncia.

78 – (1º Simulado Geral) No que se refere à aplicação das regras de conexão e continência, os institutos da transação penal e da composição dos danos civis, aplicam-se na reunião de processos

- A) tanto perante o juízo comum quanto o tribunal do júri.
- B) exclusivamente perante o juízo comum.
- C) exclusivamente perante o juízo comum, exceto na jurisdição federal.
- D) exclusivamente perante o tribunal do júri.
- E) decorrente de crime continuado.

79 – (1º Simulado Geral) Durante a pandemia, A, B e C foram encaminhados ao juizado especial criminal por terem praticado, respectivamente: omissão de notificação de doença (art. 269 CP, pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa); fornecimento de remédio em desacordo com receita médica (art. 280 CP, pena de detenção, de um a três anos, ou multa), e charlatanismo (art. 283 CP, pena de detenção, de três meses a um ano, e multa). Nesse caso,

- A) são cabíveis transação penal e suspensão condicional do processo para A, B e C.
- B) é cabível transação penal somente para C.
- C) é cabível transação penal para A, B e C.
- D) é cabível suspensão condicional do processo apenas para C.
- E) é cabível suspensão condicional do processo para A, B e C.

80 – (1º Simulado Geral) Assinale a alternativa correta em relação ao acordo de não persecução penal, nos termos da Resolução nº 1.364/2021.

- a) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito ou verbalmente pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.
- b) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não pode ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- c) A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto no que se refere ao aproveitamento do benefício nos 05 anos anteriores ao cometimento da infração.
- d) É vedado ao órgão de execução do Ministério Público fixar o valor mínimo do dano moral.
- e) O acordo de não persecução penal não constitui título executivo de natureza cível apto à execução.

## QUESTÕES COMENTADAS

### PORTUGUÊS

1 – (1º Simulado Geral) **Atenção! O texto a seguir refere-se às duas próximas questões.**

“A crise de criminalidade do Brasil é produto da impunidade. A impunidade, por sua vez, tem duas raízes. A primeira é a incapacidade do sistema de Justiça Criminal de impedir os crimes e identificar, prender e manter os criminosos depois que o crime foi cometido. A segunda raiz é uma legislação penal criada com base na ideologia do criminoso ‘vítima da sociedade’ e em algumas ideias absurdas, sem nenhum compromisso com a realidade”.

(Adaptado)

“A crise de criminalidade do Brasil é produto da impunidade”.

Essa frase inicial do texto

- A) resume integralmente o conteúdo do texto.
- B) fala de algo que fica sem explicações.
- C) simplifica exageradamente um problema grave.
- D) não mostra relação de causa e efeito.
- E) é retificada no restante do parágrafo.

Comentário

**A) resume integralmente o conteúdo do texto.**

**INCORRETA.** Não resume integralmente o texto. Depois dessa frase inicial, há a indicação da origem da impunidade, a qual foi dividida em duas raízes.

**B) fala de algo que fica sem explicações.**

**INCORRETA.** Há explicação sim, tendo em vista que o texto justifica a ocorrência da impunidade no Brasil.

**C) simplifica exageradamente um problema grave.**

**CORRETA.** A criminalidade é um dos problemas mais graves do mundo, não só do Brasil. É um problema muito complexo e sua análise deve se dar sobre diversos enfoques: cultural, educacional, econômico, social, etc.

Assim, ao dizer que “A crise de criminalidade do Brasil é produto da impunidade”, ocorreu, de fato, uma simplificação exagerada de um problema grave e complexo.

**D) não mostra relação de causa e efeito.**

**INCORRETA.** Existe, sim, uma relação de causa e efeito. A criminalidade é considerada uma consequência da impunidade.

**E) é retificada no restante do parágrafo.**

**INCORRETA.** Na verdade, é RATIFICADA no restante do parágrafo. O termo “retificar” significa corrigir.

RATIFICAR = CONFIRMAR

RETIFICAR = CORRIGIR

**GABARITO C**

2 - (1º Simulado Geral) Esse texto deve ser classificado como

- A) descritivo cujo objeto é a situação criminal do país.
- B) narrativo a respeito da origem da crise de criminalidade.
- C) descritivo-narrativo com a mistura de passado e presente.
- D) expositivo, informando sobre nossa legislação penal.
- E) argumentativo, apontando causas do problema.

**Comentário**

Cada texto possuiu uma linguagem e estrutura. Note que existem inúmeros gêneros textuais dentro das categorias tipológicas de texto. Em outras palavras, gêneros textuais são estruturas textuais peculiares que surgem dos tipos de textos: narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo.

**1º) Texto Narrativo**

Os textos narrativos apresentam ações de personagens no tempo e no espaço. A estrutura da narração é dividida em: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho.

Alguns exemplos de gêneros textuais narrativos:

- Romance

- Novela
- Crônica
- Contos de Fada
- Fábula
- Lendas

## 2º) Texto Descritivo

Os textos descritivos se ocupam de relatar e expor determinada pessoa, objeto, lugar, acontecimento. Dessa forma, são textos repletos de adjetivos, os quais descrevem ou apresentam imagens a partir das percepções sensoriais do locutor (emissor).

São exemplos de gêneros textuais descritivos:

- Diário
- Relatos (viagens, históricos, etc.)
- Biografia e autobiografia
- Notícia
- Currículo
- Lista de compras
- Cardápio
- Anúncios de classificados

## 3º) Texto Dissertativo-Argumentativo

Os textos dissertativos são aqueles encarregados de expor um tema ou assunto por meio de argumentações. São marcados pela defesa de um ponto de vista, ao mesmo tempo que tentam persuadir o leitor. Sua estrutura textual é dividida em três partes: tese (apresentação), antítese (desenvolvimento), nova tese (conclusão).

Exemplos de gêneros textuais dissertativos:

- Editorial Jornalístico
- Carta de opinião
- Resenha
- Artigo
- Ensaio
- Monografia, dissertação de mestrado e tese de doutorado

#### 4º) Texto Expositivo

Os textos expositivos possuem a função de expor determinada ideia, por meio de recursos como: definição, conceituação, informação, descrição e comparação.

Alguns exemplos de gêneros textuais expositivos:

- Seminários
- Palestras
- Conferências
- Entrevistas
- Trabalhos acadêmicos
- Enciclopédia
- Verbetes de dicionários

#### 5º) Texto Injuntivo

O texto injuntivo, também chamado de texto instrucional, é aquele que indica uma ordem, de modo que o locutor (emissor) objetiva orientar e persuadir o interlocutor (receptor). Por isso, apresentam, na maioria dos casos, verbos no imperativo.

Alguns exemplos de gêneros textuais injuntivos:

- Propaganda
- Receita culinária
- Bula de remédio
- Manual de instruções
- Regulamento
- Textos prescritivos

*Fonte: <https://www.todamateria.com.br/generos-textuais/>*

No caso da nossa questão, estamos diante de um texto ARGUMENTATIVO. Perceba que há um tema “a crise da criminalidade do Brasil é produto da impunidade”. O autor aponta as causas do problema da impunidade. Possui desenvolvimento e conclusão.

**GABARITO E**

3 – (1º Simulado Geral) “Quando um dos pioneiros da aviação se propôs a voar como os pássaros, todos acharam a tarefa impossível, mas esse pioneiro chegou a fazer mais de dois mil voos, provando que o impossível era apenas um desafio. Essa é a filosofia da nossa empresa: encontrar soluções rápidas, econômicas e criativas, superando todo tipo de desafio”.

O fragmento acima é iniciado por uma alusão histórica que, nesse caso, serve de

- A) ponto de partida para a apresentação cronológica de fatos.
- B) ponto de referência para elogios ao passado.
- C) tema analógico a algo no presente.
- D) assunto provocador de críticas à atualidade.
- E) ponto de referência por oposição ao mundo atual.

Comentário

**A) ponto de partida para a apresentação cronológica de fatos.**

**INCORRETA.** Pois o texto não apresenta fatos em ordem cronológica.

**B) ponto de referência para elogios ao passado.**

**INCORRETA.** O texto não faz elogios ao passado.

**C) tema analógico a algo no presente.**

**CORRETA.** Analogia é uma relação de semelhança entre coisas ou fatos distintos. Perceba que a alusão histórica serve de tema analógico a algo no presente, ou seja, a capacidade da empresa de superar desafios, igual ao pioneiro da aviação que enfrentou o desafio de “voar como os pássaros”.

**D) assunto provocador de críticas à atualidade.**

**INCORRETA.** Não há qualquer crítica à atualidade no texto.

**E) ponto de referência por oposição ao mundo atual.**

**INCORRETA.** Não há ideia de oposição entre o fato histórico indicado no início do texto o e mundo de hoje.

**GABARITO C**

4 – (1º Simulado Geral) Os textos informativos preocupam-se em dar credibilidade ao que informam, atribuindo o valor de certeza ao que veiculam.

Assinale a opção em que não há nenhum termo que reduza esse tom de precisão absoluta.

- A) Segundo alguns, dinheiro não traz felicidade, mas é certo que afasta a infelicidade para bem longe.
- B) O novo governo americano talvez traga mais tranquilidade econômica aos EUA.
- C) O controle da poluição ambiental poderia produzir mais riqueza no futuro do planeta.
- D) Como o governador é muito amigo do prefeito, possivelmente devem fazer muitas parcerias.
- E) Millôr Fernandes afirmou que devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá não se encontra mais ninguém.

Comentário

O primeiro desafio das questões da FGV de português é entender o enunciado.

Dica: leia atentamente cada palavra com muita atenção. Se for preciso, leia 2 ou 3 vezes. Como os textos são curtos, é possível ler com calma várias vezes até entender.

Nessa questão, precisamos assinalar a alternativa que não reduza a ideia de certeza do texto informativo.

**A) Segundo alguns, dinheiro não traz felicidade, mas é certo que afasta a infelicidade para bem longe.**

**INCORRETA.** Perceba que a expressão “segundo alguns” diminui a ideia de certeza absoluta.

**B) O novo governo americano talvez traga mais tranquilidade econômica aos EUA.**

**INCORRETA.** Perceba que o advérbio “talvez” exprime ideia de dúvida, ou seja, diminui a ideia de certeza absoluta.

**C) O controle da poluição ambiental poderia produzir mais riqueza no futuro do planeta.**

**INCORRETA.** Perceba que a forma verbal “poderia” também exprime ideia de hipótese, dúvida.

**D) Como o governador é muito amigo do prefeito, possivelmente devem fazer muitas parcerias.**

**INCORRETA.** Observe que o advérbio “possivelmente” também exprime ideia de hipótese, dúvida.

**E) Millôr Fernandes afirmou que devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá não se encontra mais ninguém.**

**CORRETA.** Não há nenhum termo que diminua a ideia de certeza.

#### **GABARITO E**

5 – (1º Simulado Geral) “Houve revoltas em meados do século XIX”; a expressão “em meados de” indica imprecisão nos dados fornecidos.

Assinale a opção que não apresenta uma expressão que desempenhe esse mesmo papel.

- A) Havia perto de 100 artistas no festival.
- B) João estava com seus cinquenta anos por essa época.
- C) Chegou mais ou menos às sete horas.
- D) A temperatura atingiu vinte e seis graus negativos.
- E) Jorge tinha por aí um metro e setenta.

Comentário

A FGV pede para assinalarmos a alternativa que não indica imprecisão nos dados fornecidos.

Questão muito parecida com a de nº 04.

**D) A temperatura atingiu vinte e seis graus negativos.**

**CORRETA.** Não há imprecisão aqui. Há a indicação exata da temperatura que foi atingida.

#### **GABARITO D**

6 – (1º Simulado Geral) “A avançada tecnologia é uma das marcas dos tempos modernos”.

Assinale a opção que apresenta um vocábulo, formado com o mesmo radical logia, com seu significado corretamente explicado.

- A) Zoologia – estudo dos jardins zoológicos.
- B) Pneumologia – estudo dos pneus adequados.
- C) Arqueologia – estudo das construções em arco.
- D) Dermatologia – estudo médico da pele.
- E) Geologia – estudo de caráter geográfico.

Comentário

**D) Dermatologia – estudo médico da pele.**

**CORRETA.**

Dermato = pele

Logia = estudo

#### **GABARITO D**

7 – (1º Simulado Geral) Observe o seguinte segmento textual:

“Ele abriu e fechou várias vezes o grosso livro, cada uma dessas vezes acompanhada de um palavrão. Finalmente ele se recompôs, releu o parágrafo a consertar, gemeu. Bom, tudo bem, vamos lá!

– Vamos lá, falou em voz alta.

Levantou-se e saiu da sala”.

Nesse segmento de texto, o trecho que exemplifica o discurso indireto livre, é:

- A) Ele abriu e fechou várias vezes o grosso livro;
- B) ...cada uma dessas vezes acompanhada de um palavrão;
- C) Bom, tudo bem, vamos lá!
- D) Vamos lá, falou em voz alta;
- E) Levantou-se e saiu da sala.

Comentário

Discurso direto: é aquele que reproduz exatamente a fala de outrem.

Ex: Esse dias minha mãe disse: “Vá trabalhar!”

Discurso indireto: é a forma de dizer caracterizada por uma intervenção do autor que interfere na fala ao usar suas próprias palavras para referenciar as de outrem.

Ex: Esse dias minha mãe me disse para ir trabalhar.

Discurso indireto livre: trata-se de uma mescla entre os discursos direto e indireto. Nele, o narrador assume o lugar de outro, expressando sentimentos e pensamentos em sua narrativa.

O principal elemento de construção do discurso indireto livre é justamente a imprecisão sobre quem realmente está falando — se é o narrador ou a personagem.

**C) *Bom, tudo bem, vamos lá!***

**CORRETA.** Perceba que há uma imprecisão sobre quem realmente está falando: é o narrador ou a personagem?

O texto começa com um trecho narrativo/desritivo: “Ele abriu e fechou várias vezes o grosso livro, cada uma dessas vezes acompanhada de um palavrão. Finalmente ele se recompôs, releu o parágrafo a consertar, gemeu”.

Logo em seguida temos “Bom, tudo bem, vamos lá”. Quem é que está falando? Não dá para ter certeza se é o narrador ou a própria personagem.

Esse é o discurso indireto livre.

**GABARITO C**

8 – (1º Simulado Geral) Assinale a opção que mostra um tema que pode estar relacionado diretamente ao conteúdo exposto.

A) “Os homens se fascinam pela nova tecnologia, mesmo que não saibam para que a querem” (Oliver Strimpel) / tema: o progresso econômico do país.

B) “O passado me revelou a construção do futuro” (Teilhard de Chardin) / tema: o valor do ensino da História.

C) “Um pai vale mais que uma centena de professores”. (George Herbert) / tema: a educação pública.

- D) "Amigos vêm e vão. Inimigos acumulam-se". (Thomas Jones) / tema: as guerras modernas.
- E) "Todas as palavras são igualmente lindas. Nós é que as corrompemos". (Nelson Rodrigues) / tema: o uso correto do dicionário.

#### Comentário

**A)** *"Os homens se fascinam pela nova tecnologia, mesmo que não saibam para que a querem"* (Oliver Strimpel) / tema: o progresso econômico do país.

**INCORRETA.** O conteúdo diz respeito à nova tecnologia e não ao avanço econômico do país.

**B)** *"O passado me revelou a construção do futuro"* (Teilhard de Chardin) / tema: o valor do ensino da História.

**CORRETA.** Ensino da história muito nos revela sobre o nosso passado e nos ajuda a construir o futuro. O tema se relaciona com o conteúdo do texto.

**C)** *"Um pai vale mais que uma centena de professores". (George Herbert) / tema: a educação pública.*

**INCORRETA.** O conteúdo trata da educação dada pelos pais, a qual é conhecida como educação domiciliar e não pública.

**D)** *"Amigos vêm e vão. Inimigos acumulam-se". (Thomas Jones) / tema: as guerras modernas.*

**INCORRETA.** O conteúdo fala de amizades e inimizades, e não sobre as guerras modernas.

**E)** *"Todas as palavras são igualmente lindas. Nós é que as corrompemos". (Nelson Rodrigues) / tema: o uso correto do dicionário.*

**INCORRETA.** O conteúdo diz respeito ao fato de que nós corrompemos, deturparamos o significado das palavras e não ao uso correto do dicionário.

#### GABARITO B

9 – (1º Simulado Geral) “As páginas do livro trazem ilustrações e as dos jornais, fotos”.

Neste segmento de texto, o jornalista faz elipse de alguns termos que são realmente desnecessários na escrita, já que são facilmente subentendidos: As páginas do livro trazem ilustrações e as [páginas] dos jornais [trazem] fotos.

Assinale a frase abaixo que apresenta um termo elíptico.

- A) Onde vocês moram?
- B) João e Pedro são estrangeiros?
- C) Trabalhou a noite inteira?
- D) Quando os turistas chegaram?
- E) Ninguém sabe o preço desta camisa?

#### Comentário

A elipse é uma figura de linguagem que ocorre quando um termo é omitido em um enunciado, mas fica subentendido pelo contexto. Trata-se de um recurso estilístico muito utilizado em discursos e em ditados populares.

Podemos ter também o sujeito oculto ou elíptico: é aquele que não é expresso na frase, porém, pode ser definido pela desinência ou pelo contexto.

Considerando tais informações, devemos assinalar a alternativa “c”.

“Trabalhou a noite inteira” – veja que o sujeito foi omitido, mas pode ser identificado pela flexão verbal (3<sup>a</sup> pessoa do singular), bem como pelo contexto da frase.

Poderia ser:

-Você/Ela/Ele trabalhou a noite inteira (mas não poderia ser “você” ou “nós”).

#### GABARITO C

10 – (1º Simulado Geral) Uma das principais características do texto informativo é a sua clareza; um dos meios para se conseguir clareza é o uso da ordem direta nas frases.

Assinale a frase abaixo que se mostra na ordem direta [sujeito + verbo + complemento + adjunto].

- A) Na semana passada eu os vi no cinema.
- B) Só ontem pude comprar o carro.
- C) Pedro e Maria viram, pela janela, os dois assaltantes.

- D) Chegaram alguns convidados antes da hora?  
E) O Vasco, time do Rio, joga amanhã em São Paulo.

Comentário

**A) Na semana passada eu os vi no cinema.**

**INCORRETA.** A frase inicia com adjunto “na semana passada”.

**B) Só ontem pude comprar o carro.**

**INCORRETA.** Começa com adjunto “só ontem”, seguido de verbo e depois complemento “o carro”.

**C) Pedro e Maria viram, pela janela, os dois assaltantes.**

**INCORRETA.** Começa com sujeito e verbo, mas troca a ordem direto ao colocar o adjunto “pela janela” antes do complemento “os dois assaltantes”.

**D) Chegaram alguns convidados antes da hora?**

**INCORRETA.** Inicia com verbo e depois sujeito.

**E) O Vasco, time do Rio, joga amanhã em São Paulo.**

**CORRETA.** A frase está na ordem direta: sujeito + aposto + complemento + adjunto.

## GABARITO E

11 – (1º Simulado Geral) Para serem claros e precisos, alguns autores esclarecem o significado de adjetivos empregados em seus textos.

Assinale a frase abaixo, retirada de um jornal do Rio de Janeiro, em que o adjetivo em maiúsculas não vem acompanhado de nenhuma explicação.

- A) A tragédia de Santa Teresa levou sofrimento a duas famílias. Mas os sentimentos são DIFERENTES. Para a família de Maria da Penha Coelho, perda e saudade eterna. Para a de Clara Marques, vergonha e desgosto, que nem o tempo será capaz de apagar.
- B) Não sofro mais. Considero-me uma pessoa normal. Esqueci do passado, quero viver o presente. Agora, minha alimentação é totalmente SAUDÁVEL. Durmo cedo e evito tomar remédios.

C) Sei que o fenômeno do funk é INTERESSANTE do ponto de vista antropológico e sociológico, que ele reflete um entrelaçamento positivo entre o morro e o asfalto, uma diluição promissora das fronteiras entre as classes sociais etc.

D) Acostumados a adjetivos POUCO LISONJEIROS, os cariocas, tidos pelo senso comum como malandros e adeptos do jeitinho brasileiro, já podem lavar a alma com orgulho que são os campeões de solidariedade em todo o planeta.

E) Em vez de tentar encontrar um critério científico para eleger os cem melhores poemas brasileiros do século XX numa antologia que agradasse a todos, o crítico Ítalo Moriconi decidiu abraçar o que esta eleição tem de arbitrária e subjetiva. O resultado é uma coletânea que se dirige ao leitor “MARCIANO”, isto é, ignorante em matéria de nossa poesia, mas sequioso de conhecê-la.

#### Comentário

**B)** *Não sofro mais. Considero-me uma pessoa normal. Esqueci do passado, quero viver o presente. Agora, minha alimentação é totalmente SAUDÁVEL. Durmo cedo e evito tomar remédios.*

**CORRETA.** Alimentação saudável não é explicada pelo período “durmo cedo e evito tomar remédios”.

Alimentação saudável é comer alimentos saudáveis. Durmir cedo e evitar tomar remédios podem ser considerados hábitos saudáveis, mas não uma alimentação saudável.

#### GABARITO B

12 – (1º Simulado Geral) Um cliente do Banco X recebeu o seguinte e-mail:

“Em caso de algum problema com sua conta, somente aceite informações de funcionários do Banco”.

Na estruturação dessa frase há um problema. Assinale-o.

- A) A falta de paralelismo.
- B) A ambiguidade na construção.
- C) Erros gramaticais.
- D) Problemas de pontuação.
- E) Ausência de coerência.

## Comentário

### **B) A ambiguidade na construção.**

**CORRETA.** Com a FGV, devemos ficar atentos com os chamados modalizadores.

O modalizador é um elemento gramatical ou lexical (palavra ou expressão) por meio do qual o enunciador revela alguma atitude a respeito do que ele mesmo enuncia.

Veja que o Banco X revelou alguma atitude (somente aceitar informações de funcionários do Banco) a respeito do que ele mesmo enuncia (em caso de algum problema na sua conta).

Ocorre que o modalizador “SOMENTE” ele exprime ideia de obrigatoriedade e, na estrutura do texto, acabou gerando ambiguidade.

Veja os dois sentidos que foram gerados pelo modalizador “SOMENTE”:

1º) Eu só posso aceitar informações de Funcionários do Banco e de mais ninguém.

2º) Em caso de algum problema na minha conta, basta eu aceitar as informações dos funcionários do Banco que o problema estará resolvido.

## **GABARITO B**

### 13 – (1º Simulado Geral) Texto 4 - Inquérito Policial

“O primeiro passo para delimitar os aspectos gerais do que seria o inquérito policial pode partir do próprio vernáculo, inquérito, que pode ser entendido como ‘ato ou efeito de inquirir; conjunto de atos ou diligências com o que se visa a apurar alguma coisa’, ao passo que o verbo inquirir, do qual o substantivo deriva, pode ser definido como ‘procurar informações acerca de; indagar; investigar; pesquisar’, ou ainda, ‘fazer indagações, investigações, pesquisas, perquisições, de natureza filosófica ou científica; investigar, indagar, pesquisar, esquadrinhar’.

Assim, sob um ponto de vista geral, podemos entender o inquérito como o conjunto de atos e diligências que, por meio de investigação, pesquisa e perquirição, busca apurar as causas de algo”

*(Jusbrasil.com.br).*

“...fazer indagações, investigações, pesquisas, perquirições, de natureza filosófica ou científica; investigar, indagar, pesquisar, esquadriñhar.”

Esse segmento final do primeiro parágrafo do texto mostra:

- A) uma série de sinônimos;
- B) uma definição e sinônimos;
- C) informações sobre a origem do vocábulo;
- D) classificações variadas de um mesmo vocábulo;
- E) um conjunto de definições.

Comentário

**B) uma definição e sinônimos;**

**CORRETA.** Perceba que “fazer indagações, investigações, pesquisas, perquirições, de natureza filosófica ou científica” está definindo o que é “inquirir”:

“(...) ao passo que o verbo **inquirir**, do qual o substantivo deriva, **pode ser definido** como ‘**procurar informações acerca de; indagar; investigar; pesquisar**’, ou ainda, ‘**fazer indagações, investigações, pesquisas, perquirições, de natureza filosófica ou científica**’.”

E partir de “ou ainda”, o texto traz sinônimos da definição anteriormente indicada.

#### **GABARITO B**

14 – (1º Simulado Geral) Abaixo estão vários segmentos que compõem um texto. De propósito, foram retiradas as palavras de ligação entre eles.

Assinale a opção que apresenta a frase em que a lacuna foi preenchida com o conector adequado.

- A) Apetite vem enquanto se come [ ] a sede se vai enquanto se bebe / mas.
- B) Beber é humano, [ ], bebamos / pois.
- C) Um médico consciencioso deve morrer com o doente, [ ] eles não conseguem sarar juntos / enquanto.
- D) Deus manda a comida [ ] o diabo, os cozinheiros / quando.
- E) O saber e a razão falam [ ] a ignorância e o errado rugem / à medida que.

Comentário

**A) O apetite vem enquanto se come [ ] a sede se vai enquanto se bebe / mas.**

**CORRETA.** A conjunção “mas” empregada sem vírgulas assume valor aditivo, podendo ser tranquilamente substituído por “e”.

Ex: "Não só os alunos mas também os professores e professoras divertiram-se no passeio"

Quando há vírgula antes de “mas”, quer dizer que estamos diante de uma oração coordenada adversativa, indicando relação de oposição entre as unidades ligadas.

Ex: Ele estudo muito, mas foi mal na prova de matemática.

No caso da nossa alternativa, o conector “mas” foi corretamente utilizado com valor aditivo:

O apetite vem enquanto se come E/MAS a sede se vai enquanto se bebe.

**B) Beber é humano, [ ], bebamos / pois.**

**INCORRETA.** A segunda vírgula está errada.

O correto seria: beber é humano, pois bebamos.

**C) Um médico consciencioso deve morrer com o doente, [ ] eles não conseguem sarar juntos / enquanto.**

**INCORRETA.** Não cabe a conjunção “enquanto” (sentido temporal) para frases com sentido de causa.

Um médico consciencioso deve morrer com o doente, **tendo em vista/já que/ uma vez que** eles não conseguem sarar juntos

**D) Deus manda a comida [ ] o diabo, os cozinheiros / quando.**

**INCORRETA.** A frase tem valor de contraste. Não cabe a conjunção “quando”.

Caberia o “enquanto” com valor de contraste, significando “ao passo que”.

Deus manda a comida enquanto o diabo, os cozinheiros.

**E) O saber e a razão falam [ ] a ignorância e o errado rugem / à medida que.**

**INCORRETA.** A ideia também é de contrate. Não cabe o uso do sentido proporcional representado por “à medida que”.

Também caberia o “enquanto”:

O saber e a razão falam enquanto a ignorância e o errado rugem.

#### **GABARITO A**

15 – (1º Simulado Geral) “Parece que este pequeno mosquito tipo um pernilongo de cor escura...”. Nessa frase ocorre uma forma comparativa por meio do conector tipo.

Assinale a frase abaixo que não contém uma estrutura comparativa.

- A) O mosquito voa tal qual um helicóptero.
- B) A dengue se propaga que nem notícia ruim.
- C) As autoridades ficam feito baratas tontas.
- D) As baratas são insetos de má aparência.
- E) Nem todos agem como devem.

Comentário

**D) As baratas são insetos de má aparência.**

**CORRETA.** É a única que não apresenta qualquer conectivo de comparação.

#### **GABARITO D**

16 – (1º Simulado Geral) Assinale a opção que apresenta a substituição adequada dos termos sublinhados por um só vocábulo de significado equivalente.

- A) Mais um verão e mais uma vez a dengue está de volta / repentinamente.
- B) Vamos continuar de tempos em tempos a precisar de vacinação / frequentemente.
- C) Ele trabalha doze horas todos os dias / continuamente.
- D) João, dia após dia progrediu no emprego / paulatinamente.
- E) O paciente devia tomar remédios de hora em hora / progressivamente.

Comentário

**A) Mais um verão e mais uma vez a dengue está de volta / repentinamente.**

**INCORRETA.** “mais uma vez” tem sentido de “novamente”. Já “repentinamente” significa “de repente”. Não foi preservado o sentido original.

**B) Vamos continuar de tempos em tempos a precisar de vacinação / frequentemente.**

**INCORRETA.** “de tempos e tempos” tem sentido de “periodicamente”, ou seja, não é “frequentemente”, “constantemente”. É de tempos em tempos. Não foi preservado o sentido original.

**C) Ele trabalha doze horas todos os dias / continuamente.**

**INCORRETA.** Pegadinha da FGV. Ninguém trabalha todos os dias de forma contínua. Existem férias, feriados e finais de semana (pausa para o descanso do trabalho). O advérbio “continuamente” passa o sentido de que não há pausa.

**D) João, dia após dia progrediu no emprego / paulatinamente.**

**CORRETA.** O advérbio “paulatinamente” caracteriza algo que é feito com determinada progressão de tempo, ou seja, é produzido aos poucos.

Perceba que João progrediu no emprego dia após dia, ou seja, progrediu aos poucos, paulatinamente.

**E) O paciente devia tomar remédios de hora em hora / progressivamente.**

**INCORRETA.** A expressão “de hora em hora” exprime ideia de periodicidade e não de progressividade. Não foi mantido o sentido original.

## GABARITO D

17 – (1º Simulado Geral) Há diferentes tipos de frases: a) declarativa - formula uma declaração, afirmativa ou negativa; b) imperativa ou injuntiva - expressa uma ordem ou uma proibição, um pedido ou um conselho; c) interrogativa - pergunta algo; d) exclamativa - traduz emoções, sentimentos.

Assinale a frase abaixo que deve ser classificada como injuntiva.

A) Você pode dizer-me as horas?

B) Está quente aqui dentro!

C) Você está muito anêmico!

D) Que frio!

E) Eu tenho a tua palavra de honra?

Comentário

A FGV explicou os termos e deixou a questão mais fácil.

Como a própria Banca nos esclareceu, a frase injuntiva expressa uma:

- Ordem
- Proibição
- Pedido
- Conselho

Perceba que a alternativa correta é a letra “a”, tendo em vista que há um pedido “você pode dizer-me as horas?”

#### **GABARITO A**

18 – (1º Simulado Geral) “...passamos a adotar pequenas atitudes diárias que fazem uma grande diferença no mundo...”; nesse trecho há a presença de um tipo de linguagem figurada denominada antítese, marcada pela oposição pequena X grande.

Assinale a opção abaixo que não traz nenhuma antítese.

- A) “Os que muito falam pouco fazem de bom”.
- B) “Falar é barato porque a oferta é maior do que a demanda”.
- C) “O segredo é um perigo”.
- D) “A vida dos mortos está na memória dos vivos.”
- E) “O covarde morre muitas vezes, mas o valente só morre uma vez”.

Comentário

A antítese consiste no uso de palavras que têm sentidos opostos. Devemos assinalar a alternativa que não traz nenhuma antítese:

A) “Os que muito falam pouco fazem de bom”.

**INCORRETA.** A antítese está representada pelas palavras opostas “muito” e “pouco”.

**B) “Falar é barato porque a oferta é maior do que a demanda”.**

**INCORRETA.** A antítese está representada pelas palavras opostas “oferta” e “demanda”.

**C) “O segredo é um perigo”.**

**CORRETA.** Não há palavras de sentido opostos nessa frase, ou seja, não há a presença da figura de linguagem conhecida como antítese.

**D) “A vida dos mortos está na memória dos vivos.”**

**INCORRETA.** A antítese está representada pelas palavras opostas “mortos” e “vivos”.

**E) “O covarde morre muitas vezes, mas o valente só morre uma vez”.**

**INCORRETA.** “covarde” e “valente”.

### **GABARITO C**

19 – (1º Simulado Geral) Assinale a frase publicitária que apresenta o valor social corretamente identificado.

A) Tenha um Jeep e elas olharão para você! / vaidade.

B) More em Tiradentes: sempre silencioso! / segurança.

C) Use Oral-B e tenha um sorriso brilhante! / saúde.

D) Faça suas compras em sua cidade! / economia.

E) Compre impressoras IBM: mais com menos tinta! / beleza.

### Comentário

**A) Tenha um Jeep e elas olharão para você! / vaidade.**

**CORRETA.** Segundo dicionário do Google, vaidade é: valorização que se atribui à própria aparência, ou quaisquer outras qualidades físicas ou intelectuais, fundamentada no desejo de que tais qualidades sejam reconhecidas ou admiradas pelos outros.

Assim, quando eu compro um Jeep desejando que as pessoas olhem para mim, isso é vaidade.

**B) More em Tiradentes: sempre silencioso! / segurança.**

**INCORRETA.** O valor social é tranquilidade.

**C) Use Oral-B e tenha um sorriso brilhante! / saúde.**

**INCORRETA.** O valor social é beleza.

**D) Faça suas compras em sua cidade! / economia.**

**INCORRETA.** O valor social é comodidade.

**E) Compre impressoras IBM: mais com menos tinta! / beleza.**

**INCORRETA.** O valor social é economia.

#### **GABARITO A**

20 – (1º Simulado Geral) “A mudança começa por entendermos que tudo está ligado”.

Essa oração pode ser transformada em frase nominal, substituindo o verbo pelo substantivo correspondente e fazendo-se as adaptações necessárias:

“A mudança começa pelo entendimento de que tudo está interligado”.

Fazendo o mesmo nas frases a seguir, assinale a forma **inadequada**.

A) É como trocar o carro pela bicicleta / é como a troca do carro pela bicicleta.

B) Colaboramos para melhorar a qualidade do ar / colaboramos para a melhoria da qualidade do ar.

C) Os produtos vegetais são úteis para preservar a natureza / os produtos vegetais são úteis para a preservação da natureza.

D) Preferimos sentir o vento no rosto / Preferimos a sensação do vento no rosto.

E) Fizemos os fertilizantes proverem o agronegócio / fizemos os fertilizantes darem proveniência ao agronegócio.

Comentário

**E) Fizemos os fertilizantes proverem o agronegócio / fizemos os fertilizantes darem proveniência ao agronegócio.**

**INCORRETA.** Para que a oração seja transformada em frase nominal, temos que substituir o verbo pelo substantivo correspondente, o que não houve nessa alternativa.

O verbo “proverem” foi trocado por “darem proveniência”.

Não pode ter verbo na frase nominal.

#### **GABARITO E**

21 – (1º Simulado Geral) “A história é um pesadelo do qual estou tentando acordar.” Nesta frase emprega-se corretamente a expressão “do qual” em função de ter sido empregado o verbo “acordar”.

Assinale a opção em que o termo sublinhado está empregado **corretamente**.

- A) “A cultura histórica tem o objetivo de manter viva a consciência de que a sociedade humana tem do próprio passado.”
- B) “A história é uma galeria de quadros de onde há poucos originais e muitas cópias.”
- C) “Compra não o que consideras oportuno, mas no que te falta.”
- D) “A maior parte das coisas de que dizemos e fazemos não é necessária.”
- E) “Esses são os problemas de que devemos falar na reunião.”

Comentário

**A) “A cultura histórica tem o objetivo de manter viva a consciência de que a sociedade humana tem do próprio passado.”**

**INCORRETA.** Quem tem, tem algo, alguma coisa. O verbo ter é transitivo direto. Não há qualquer termo regendo a preposição “de”.

**B) “A história é uma galeria de quadros de onde há poucos originais e muitas cópias.”**

**INCORRETA.** Não há qualquer termo regendo a preposição de.

**C) “Compra não o que consideras oportuno, mas no que te falta.”**

**INCORRETA.** Não há nenhum termo regendo a preposição “em”.

**D) “A maior parte das coisas de que dizemos e fazemos não é necessária.”**

**INCORRETA.** Quem diz, diz algo. Que faz, faz algo. Não há nenhum termo regendo a preposição “de”.

**E) “Esses são os problemas de que devemos falar na reunião.”**

**CORRETA.** O que devemos falar na reunião? De problemas. Foi exigida a preposição “de”.

## **GABARITO E**

22 – (1º Simulado Geral) *Na Europa, supostamente mais organizada, falhou a regulamentação financeira, o que convergiu com a crise de 2008 nos EUA para dar origem à presente situação.*

No período acima, empregou-se corretamente o acento grave indicativo de crase. Assinale a alternativa em que isso NÃO tenha ocorrido.

- A) Comunicaram o nascimento do filho à família.
- B) Eles sempre obedecem às regras do campeonato.
- C) Eles foram à Brasília de Niemeyer.
- D) Nosso horário é das 8h às 17h.
- E) O curso vai de segunda à sexta.

### Comentário

**A) Comunicaram o nascimento do filho à família.**

**CORRETA.** Quem comunica, comunica algo (o nascimento do filho) a alguém (a família). Foi exigida a preposição “a” + artigo “a” da palavra feminina “família” = crase.

**B) Eles sempre obedecem às regras do campeonato.**

**CORRETA.** O verbo obedecer é um verbo transitivo indireto, estabelecendo regência com a presença obrigatória da preposição a: obedecer a alguém ou obedecer a alguma coisa.

Quem obedece, obedece a algo, a alguém. Foi exigida a preposição ‘a’ mais artigo “a” da palavra feminina “regras” = crase.

**C) Eles foram à Brasília de Niemeyer.**

**CORRETA.** Diante de nomes de lugar, há aquela famosa regra geral:

Quem vai a, volta DA = crase há.

Quem vai a, volta DE = crase pra quê?

Ex: Todos retornarão a Campinas após o feriado (sem crase, pois quem vai a Campinas, volta DE Campinas).

Ex: Todos retornarão à Austrália após o feriado (com crase, pois quem vai a Austrália, volta DA Austrália).

Aí entra a pegadinha da FGV, pois seguindo essa regra geral, iríamos concluir que quem vai a Brasília, volta DE Brasília, ou seja, não há crase.

Contudo, repare que o nome do lugar está determinado por um adjetivo. Não é qualquer Brasília. É a Brasília de Niemeyer.

Quando o nome do lugar estiver determinado por um adjetivo ou por uma expressão equivalente, passará a ocorrer crase.

**D) Nosso horário é das 8h às 17h.**

**CORRETA.** Haverá crase antes de “horas”, quando se fizer referência ao horário específico de realização de um evento.

Agora, tome cuidado:

Quando utilizamos a preposição “de” não há crase.

Ex: O evento acontecerá de 19h a 22h.

Quando utilizamos a preposição “das” tem crase.

Ex: O evento acontecerá das 19h às 22h.

**E) O curso vai de segunda à sexta.**

**INCORRETA.** Não há crase, pois foi utilizada a preposição “de”. Não há qualquer contração de preposição “a” mais artigo “a”.

**GABARITO E**

23 – (1º Simulado Geral) Observe o seguinte trecho retirado de um texto:

"Foram 20 meses de muito poder..."

Assinale a alternativa em que, alterando-se a forma grifada acima, não se manteve adequação à norma culta.

- A) Há 20 meses de muito poder...
- B) Fazem 20 meses de muito poder...
- C) Havia 20 meses de muito poder...
- D) São 20 meses de muito poder...
- E) Completam 20 meses de muito poder...

Comentário

**A) Há 20 meses de muito poder...**

**INCORRETA.** Há adequação, pois o verbo haver empregado no sentido de tempo decorrido, deve permanecer no singular.

**B) Fazem 20 meses de muito poder...**

**CORRETA.** Pois não se manteve adequação à norma culta. O verbo “fazer” empregado no sentido de tempo decorrido também deve permanecer no plural.

O correto seria: Faz 20 meses de muito poder.

**C) Havia 20 meses de muito poder...**

**INCORRETA.** Há adequação, pois o verbo haver empregado no sentido de existir é impessoal, ou seja, deve permanecer na terceira pessoa do singular.

**D) São 20 meses de muito poder...**

**INCORRETA.** Há adequação, pois o verbo “ser” empregado para indicar tempo, deve concordar com a expressão numérica.

**E) Completam 20 meses de muito poder...**

**INCORRETA.** Há adequação, pois o verbo “completar” está corretamente no plural para concordar com “20 meses”.

**GABARITO B**

## 24 – (1º Simulado Geral) Momento da Economia

Há sutis melhorias à frente; possibilidades vagas que nascem muitas vezes do agudo da crise. Mas é bom falar nelas em momentos de escassez de esperança. “A inflação será forte este ano, mas a recessão vai derrubá-la no ano que vem”, diz o economista José Roberto Mendonça de Barros. A recessão e a disparada do câmbio estão fazendo o ajuste externo, e o país pode ter dois anos de superávits altos.

(Miriam Leitão, *O Globo*, 16/10/2015)

No texto, ao atribuir a um economista conhecido a citação entre aspas, a autora do texto pretende certamente:

- A) prestigiar a fala de um amigo;
- B) criticar a linguagem popular do economista;
- C) demonstrar a importância do tema tratado;
- D) dar autoridade à opinião expressa;
- E) passar clareza no tratamento do tema.

Comentário

**D) dar autoridade à opinião expressa;**

**CORRETA.** No texto, ao atribuir a um economista conhecido a citação entre aspas, a autora do texto pretende certamente indicar que o ponto de vista destacado foi emitido por um especialista, conhecedor do assunto, ou seja, ela deu autoridade à opinião.

## GABARITO D

### MATEMÁTICA E RACIOCÍNO LÓGICO

25 – (1º Simulado Geral) Em um grupo de 40 pessoas, há peritos e não peritos. O dobro do número de peritos excede o triplo do número de não peritos em 5 pessoas.

A diferença entre o número de peritos e o número de não peritos nesse grupo é igual a

- A) 6.
- B) 7.

- C) 8.
- D) 9.
- E) 10.

Comentário

Vamos interpretar o enunciado:

$P$  = Peritos

$N$  = Não peritos

Sabemos que somando o número de peritos e não peritos corresponde a 40 pessoas, isto é,

$$P + N = 40$$

O dobro do número de peritos excede o triplo do número de não peritos em 5 pessoas.

$$2P = 3N + 5$$

$$2P - 3N = 5$$

Estruturando nossa equação, vamos multiplicar a primeira equação por três, vejamos:

$$P + N = 40 \text{ (3)}$$

$$3P + 3N = 120$$

Reescrevendo a equação temos,

$$3P + 3N + 2P - 3N = 120 + 5$$

$$5P = 125$$

$$P = 125 \div 5$$

$$P = 25$$

Descobrimos o número de peritos, logo, o número de não peritos é

$$40 - 25 = 15$$

A diferença entre o número de peritos e o número de não peritos nesse grupo é igual a

$$25 - 15 = 10$$

## GABARITO E

26 – (1º Simulado Geral) Abigail, Bianca e Célia marcaram um encontro em um restaurante para almoçarem juntas. Abigail chegou às 12h37min, Bianca chegou 23 minutos antes de Célia e Célia chegou às 13h16min.

O tempo que Bianca chegou depois de Abigail foi, em minutos,

- A) 16.
- B) 15.
- C) 14.
- D) 13.
- E) 12.

Comentário

Sabemos que Bianca chegou 23 minutos antes de Célia (13:16), logo, Bianca chegou às

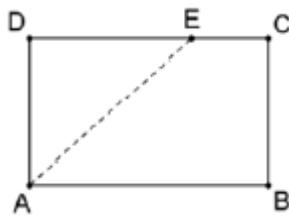
$$13:16 - 00:23 = 12:53$$

O tempo que Bianca chegou depois de Abigail (12:37) foi, em minutos,

$$12:53 - 12:37 = 00:16$$

## GABARITO A

27 – (1º Simulado Geral) O retângulo ABCD da figura a seguir tem as dimensões  $AB = 10$  e  $BC = 6$ .



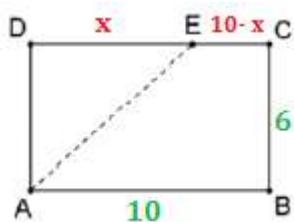
O ponto E do lado CD é tal que o segmento AE divide o retângulo em duas partes de forma que a área de uma seja o dobro da área da outra.

O segmento DE mede

- A)  $13/2$
- B)  $16/3$
- C)  $20/3$
- D)  $21/4$
- E)  $25/4$

Comentário

Interpretando o enunciado, temos:



O ponto E do lado CD é tal que o segmento AE divide o retângulo em duas partes de forma que a área de uma seja o dobro da área da outra:

$$2 \cdot \text{Área (ADE)} = \text{Área (ABCE)}$$

$$2 \cdot \frac{x \cdot 6}{2} = \frac{(10 + 10 - x) \cdot 6}{2}$$

$$2x = 20 - x$$

$$2x + x = 20$$

$$3x = 20$$

$$x = \frac{20}{3}$$

**GABARITO C**

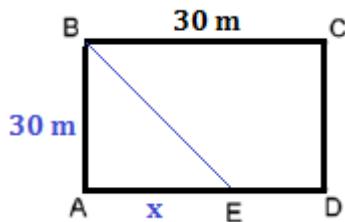
28 – (1º Simulado Geral) Deseja-se dividir um terreno quadrado ABCD com 30 m de lado, por meio de um segmento BE, em que o ponto E pertence ao lado AD, de modo que a área do triângulo ABE seja 300 m<sup>2</sup>.

A medida do segmento AE deve ser de

- A) 10 m.
- B) 15 m.
- C) 20 m.
- D) 25 m.
- E) 30 m.

Comentário

Interpretando o enunciado, temos:



Fórmula da área do triângulo:

$$\frac{b \cdot h}{2} = 300$$

$$\frac{b \cdot 30}{2} = 300$$

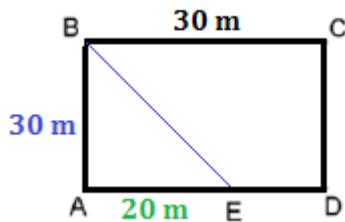
$$b \cdot 30 = 300 \cdot 2$$

$$b \cdot 30 = 600$$

$$b = 600 \div 30$$

$$b = 20 \text{ m}$$

A medida do segmento AE deve ser de



### GABARITO C

29 – (1º Simulado Geral) Entre os números a seguir, o maior é

- A) 0,7.
- B) 0,61.
- C) 0,555.
- D) 0,609.
- E) 0,11111.

Comentário

Vamos representar cada alternativa, lembrando que no caso as partes inteiras são iguais, logo, o maior será o que possuir a maior porção decimal. Vejamos:

<b>A</b>	0,70000
<b>B</b>	0,61000
<b>C</b>	0,55500
<b>D</b>	0,60900
<b>E</b>	0,11111

Entre os números da tabela, o maior é **0,7**

### GABARITO A

30 – (1º Simulado Geral) Em um saco há 180 bolinhas, umas brancas, outras pretas e não há bolinhas de outra cor. Das bolinhas do saco, 60% são pretas. São retiradas  $N$  bolinhas brancas do saco e, então a porcentagem de bolinhas pretas do saco passou a ser de 80%.

O valor de  $N$  é

- A) 20.
- B) 25.
- C) 30.
- D) 40.
- E) 45.

## Comentário

Inicialmente vamos interpretar o enunciado:

Sabemos que 60% das bolinhas do saco (180) são pretas, isto é,

$$100\% - 60\% = 40\% \text{ são brancas}$$

Podemos descobrir o número de bolinhas brancas do saco, vejamos

$$\begin{aligned} &40\% \text{ de } 180 \text{ bolinhas} \\ &40 \div 100 \times 180 \\ &0,4 \times 180 = 72 \text{ bolinhas brancas} \end{aligned}$$

São retiradas N bolinhas brancas do saco e, então a porcentagem de bolinhas pretas do saco passou a ser de 80%, isto é,

$$100\% - 80\% = 20\% \text{ de bolinhas brancas}$$

Agora vamos fazer uma relação entre o número de bolinhas brancas restantes ( $72 - N$ ) e o número total de bolinhas no saco, depois de retiradas  $N$  bolinhas brancas ( $180 - N$ ), restarão 20%. Vejamos:

$$\begin{aligned} \frac{72 - N}{180 - N} &= \frac{20}{100} \\ 7200 - 100N &= 3600 - 20N \\ 7200 - 3600 &= 100N - 20N \\ 3600 &= 80N \\ N &= 3600 \div 80 \\ N &= 45 \end{aligned}$$

## GABARITO E

31 – (1º Simulado Geral) Segundo dados da PM do Estado do Amazonas, o número de veículos recuperados em 2018 foi 320 e o número de veículos recuperados em 2020 foi 870.

Comparando os dados desses dois anos, o número de veículos recuperados em 2020 foi maior que o de 2018 em cerca de:

- A) 130%
- B) 140%
- C) 150%.
- D) 160%.
- E) 170%.

## Comentário

VEÍCULOS RECUPERADOS	
2018	320
2020	870

Notamos que em 2020 o número de veículos recuperados foi maior que em 2018,

$$870 - 320 = 550 \text{ veículos}$$

Agora, como a comparação exigida é em relação ao ano de 2018, vamos considerar que 320 corresponde a 100% e 550 representa "x" %:

Regra de três:

320	100%
550	x %

$$\begin{aligned} 320 \cdot x &= 550 \cdot 100 \\ 320x &= 55000 \\ x &= 55000 \div 320 \\ x &= 171,9\% \end{aligned}$$

## GABARITO E

32 – (1º Simulado Geral) O gráfico a seguir mostra a evolução da população brasileira até 2010.



O período em que houve maior crescimento populacional em termos absolutos foi:

- A) de 1960 a 1970.
- B) de 1970 a 1980.
- C) de 1980 a 1991.
- D) de 1991 a 2000.

E) de 2000 a 2010.

#### Comentário

O período em que houve maior crescimento populacional em termos absolutos (maior diferença) foi:

1872 a 1890	9,9 - 14,3	4,4
1890 a 1900	14,3 - 17,4	3,1
1900 a 1920	17,4 - 30,6	13,2
1920 a 1940	30,6 - 41,1	10,5
1940 a 1950	41,1 - 51,9	10,5
1950 a 1960	51,9 - 70,0	18,1
1960 a 1970	70,0 - 93,1	23,1
1970 a 1980	93,1 - 119,0	25,9
1980 a 1991	119,0 - 146,8	27,8
1991 a 2000	146,8 - 169,8	23
2000 a 2010	169,8 - 190,755	20,9

#### GABARITO C

33 – (1º Simulado Geral) Considere a afirmação: “Nenhum soldado escuta mal”.

A sua negação é:

- A) Há pelo menos um soldado que escuta mal.
- B) Vários soldados escutam mal.
- C) Todos os soldados escutam mal.
- D) Todos os soldados escutam bem.
- E) Todas as pessoas que escutam bem são soldados.

#### Comentário

Estamos diante de um **quantificador universal negativo**: “**nenhum**”, logo, sua negação será um **quantificador existencial positivo**.

Quadro facilitador:

## Negação de todo, algum e nenhum

PROPOSIÇÃO	NEGAÇÃO
<b>Todo... é...</b>	Algum... não é... Pelo menos um... não é... Existe... que não é...
<b>Nenhum... é...</b>	Algum... é... Pelo menos um... é... Existe... que é...

**Nenhum** soldado escuta mal (**quantificador universal negativo**)

**Existe pelo menos** um soldado que escuta mal (**quantificador existencial positivo**)

### GABARITO A

34 – (1º Simulado Geral) O diretor de uma empresa fez ao funcionário Miguel, do departamento financeiro, uma pergunta que foi prontamente respondida:

Diretor: — João disse que todos os funcionários receberam gratificação.

Miguel: — Não é verdade o que João disse.

Se o diretor considerou que Miguel falou a verdade, é correto concluir que

- A) pelo menos um funcionário não recebeu gratificação.
- B) nenhum funcionário recebeu gratificação.
- C) um único funcionário não recebeu gratificação.
- D) mais da metade dos funcionários não receberam gratificação.
- E) somente um funcionário recebeu gratificação.

Comentário

Segundo o enunciado sabemos que Miguel disse a verdade, logo, a declaração de João é falsa:

Por tanto, a negação da declaração de João será tida como verdadeira.

“João disse que **todos** os funcionários receberam gratificação”.

Estamos diante de **sentença universal afirmativa (quantificador universal)**, que sua negação será uma **sentença particular negativa (quantificador existencial)**.

Quadro facilitador:

### **Negação de todo, algum e nenhum**

PROPOSIÇÃO	NEGAÇÃO
<b>Todo... é...</b>	<b>Algum... não é...</b> <b>Pelo menos um... não é...</b> <b>Existe... que não é...</b>
<b>Nenhum... é...</b>	<b>Algum... é...</b> <b>Pelo menos um... é...</b> <b>Existe... que é...</b>

**Pelo menos um** funcionário **não** recebeu gratificação.

#### **GABARITO A**

35 – (1º Simulado Geral) Considere a sequência das letras do alfabeto formada por 1 letra A, 2 letras B, 3 letras C, e assim por diante até o final com 26 letras Z.

**A B B C C C D D D D E E E E ...**

A 100<sup>a</sup> letra dessa sequência é

- A) M.
- B) N.
- C) O.
- D) P.
- E) Q.

#### Comentário

Analisando a sequência, notamos que temos

1 (uma) letra A;

2 (duas) letras B;

3 (três) letras C;

4 (quatro) letras D;

5 (cinco) letras E;

Percebemos que na sequência a posição da letra no alfabeto corresponde ao número de vezes em que ela aparece.

Somando os números naturais até chegar no 100, descobriremos a posição da letra que representa este valor. Vejamos:

$$1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9 + 10 + 11 + 12 + 13 = 91 + 14 = 105$$

Considerando o padrão a **14<sup>a</sup> letra será escrita 14 vezes**, agora, basta verificarmos qual letra será

1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N

### GABARITO B

36 – (1º Simulado Geral) Sabe-se que a sentença “Se o sapato é preto, então a meia é preta ou o cinto é preto” é FALSA.

É correto concluir que

- A) o sapato é preto, a meia não é preta, o cinto não é preto.
- B) o sapato é preto, a meia é preta, o cinto não é preto.
- C) o sapato é preto, a meia é preta, o cinto é preto.
- D) o sapato não é preto, a meia não é preta, o cinto não é preto.
- E) o sapato não é preto, a meia é preta, o cinto é preto.

### Comentário

“**Se** o sapato é preto, **então** a meia é preta **ou** o cinto é preto”

Estamos diante de um **condicional** falso, isto é, a primeira parte verdadeira e a segunda parte falsa.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



Concluímos que, **o sapato é preto é verdadeiro**.

Adiante, notamos que a segunda parte se trata de uma **disjunção**, que será falsa quando as duas proposições forem falsas.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



Concluímos que, **a meia é preta é falso** e **o cinto é preto é falso**.

Por fim, é correto concluir que

“o sapato é preto, a meia não é preta, o cinto não é preto.”

## GABARITO A

37 – (1º Simulado Geral) Um antigo ditado diz: “Se há fumaça então há fogo”.

Uma sentença logicamente equivalente é

- A) se há fogo então há fumaça.
- B) se não há fumaça então não há fogo.
- C) se não há fogo, então não há fumaça.
- D) se não há fumaça pode haver fogo.
- E) se há fogo então pode haver fumaça.

Comentário

“**Se** há fumaça **então** há fogo” =  $p \rightarrow q$

Estamos diante de um **condicional**, o qual possui duas equivalências:

- **Disjunção**: Nega a 1ª parte e substitui o conectivo **condicional** pela **disjunção**:  $\sim p \vee q$

“Não há fumaça **ou** há fogo”

- Condicional (contrapositiva): Nega as duas partes e inverte:  $\sim q \rightarrow \sim p$

“**Se** não há fogo, **então** não há fumaça”

### GABARITO C

38 – (1º Simulado Geral) Gabriel comprou a camiseta do Nacional-AM, e guardou para uma ocasião especial. Certo dia, procurado em casa por um amigo, sua irmã disse:

“Vestiu a camiseta e foi ao jogo ou ao bar.”

A negação lógica dessa sentença é:

- A) Não vestiu a camiseta e foi ao jogo ou ao bar.
- B) Vestiu a camiseta e não foi ao jogo ou ao bar.
- C) Vestiu a camiseta e não foi ao jogo nem ao bar.
- D) Não vestiu a camiseta ou foi ao jogo ou ao bar.
- E) Não vestiu a camiseta ou não foi ao jogo nem ao bar.

### Comentário

“Vestiu a camiseta **e** foi ao jogo **ou** ao bar.”

Estamos diante de uma **conjunção**, que sua negação se dará negando as duas partes e substituímos o conectivo pela **disjunção**,

1ª parte: Não vestiu a camiseta

A segunda parte se trata de uma **disjunção**

foi ao jogo **ou** ao bar

Agora para negarmos a disjunção devemos

- Negamos a primeira proposição: não foi ao jogo;
- Negamos a segunda proposição: não foi ao bar;
- Substituímos o conectivo “**ou**” pelo conectivo “**e**”;

Não foi ao jogo nem ao bar

Por fim, como negamos as duas proposições do enunciado (conjunção), basta substituirmos o conectivo pela disjunção, ou seja,

“Não vestiu a camiseta **ou** não foi ao jogo nem ao bar.”

## GABARITO E

39 – (1º Simulado Geral) Considere as afirmativas:

Alguns homens gostam de ler.

Quem gosta de ler vai à livraria.

A partir dessas afirmativas é correto concluir que:

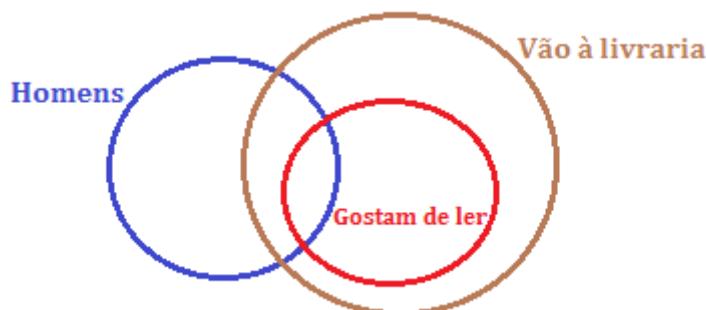
- A) Todos os homens vão à livraria.
- B) Mulheres não gostam de ler.
- C) Quem vai à livraria gosta de ler.
- D) Se um homem não vai à livraria então não gosta de ler.
- E) Quem não gosta de ler não vai à livraria.

Comentário

Analizando as afirmativas:

- Alguns homens gostam de ler.
- Quem gosta de ler vai à livraria.

Vamos representar através dos diagramas:



Como não sabemos se existem homens que não vão à livraria, podemos também considerar o seguinte



Vamos analisar as alternativas:

**A) ~~Todos os homens vão à livraria.~~**

**INCORRETA.** Pois, podemos ter homens que não vão à livraria.

**B) ~~Mulheres não gostam de ler.~~**

**INCORRETA.** Pois, não temos nenhuma informação em relação a mulheres.

**C) ~~Quem vai à livraria gosta de ler.~~**

**INCORRETA.** Pois, sabemos que quem gosta de ler vai à livraria, mas não podemos afirmar o inverso, visto que, podem ir à livraria sem gostar de ler.

**D) ~~Se um homem não vai à livraria então não gosta de ler.~~**

**CORRETA.** Exatamente, pois se um homem não gosta de ler, logo, ele não estará na livraria.

**E) ~~Quem não gosta de ler não vai à livraria.~~**

**INCORRETA.** Pois, podemos ter casos em que se vá a livraria, mas que não goste de ler.

## GABARITO D

40 – (1º Simulado Geral) Os números naturais foram escritos em uma tabela de 4 linhas como na figura a seguir.

4	5	12	13	...	...		
3	6	11	14	...	...		
2	7	10	15	18	...		
1	8	9	16	17	...		

As linhas são numeradas de baixo para cima e as colunas são numeradas da esquerda para a direita.

O número da linha e o número da coluna onde está o número 2022 são, respectivamente,

A) 2 e 253.

B) 3 e 253.

C) 2 e 506.

D) 3 e 506.

E) 4 e 524.

Comentário

Fazendo a interpretação da questão, notamos que as **colunas com números ímpares estão em ordem descrente**, enquanto nas **colunas com números pares estão em ordem crescente**.

	Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna ...	Coluna 506
Linha 4	4	5	12	13	...	...	...	...
Linha 3	3	6	11	14	...	...	...	2022
Linha 2	2	7	10	15	18	...	...	...
Linha 1	1	8	9	16	17	...	...	...

Como os números estão alocados de 4 em 4, nas colunas, vamos fazer a divisão do número 2022 por 4 e descobrirmos em que colunar ele se encontra. Vejamos:

$$2022 \div 4 = 505 \text{ e resto } 2$$

Concluímos que ao chegar em 2022, **escrevemos 505 colunas completas e mais 2 (dois) números da coluna seguinte**, ou seja, **o número 2022 está na coluna 506**.

Adiante, **sabemos que na coluna par (506) os números estão em ordem crescente, logo, estará na 2<sup>a</sup> linha**, lembrando que as linhas são dispostas de baixo para cima, então, **nosso número está na 3<sup>a</sup> linha**.

**GABARITO D**

**INFORMÁTICA**

41 – (1º Simulado Geral. 2023) Observe o ícone a seguir.

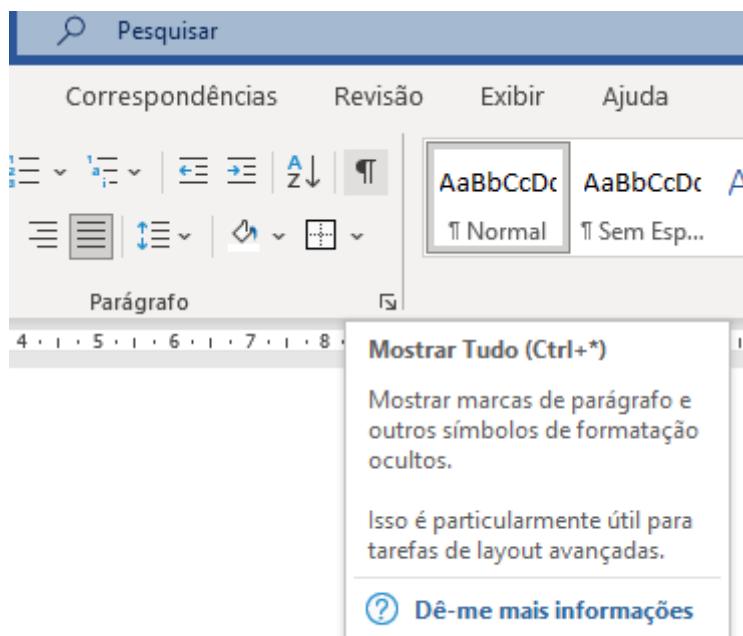


O botão Mostrar/Ocultar, usualmente exibido na guia “Página inicial” no MS Word 2010 e identificado por meio desse ícone, permite que sejam mostrados(as) ou ocultados(as)

- A) as alterações efetuadas no texto.
- B) as marcas de parágrafos.
- C) os comentários.
- D) os nomes dos estilos empregados.
- E) os trechos removidos do texto.

Comentário

- B) as marcas de parágrafos.**



**GABARITO B**

42 – (1º Simulado Geral. 2023) Nos sistemas operacionais modernos, a ferramenta responsável por gerenciar automaticamente o uso da memória principal, com o emprego de dispositivo de armazenamento secundário como extensão do espaço da memória principal, é a memória

- A) secundária.
- B) virtual.
- C) ROM.
- D) física.
- E) RAM.

Comentário

***B) virtual.***

**CORRETA.** Memória virtual é uma técnica que usa a memória secundária como uma cache para armazenamento secundário.

#### **GABARITO B**

43 – (1º Simulado Geral. 2023) Com referência ao Prompt de comando do Windows 10, assinale a função do comando cd:

- A) Estabelecer as permissões de acesso de um arquivo.
- B) Exibir o conteúdo de um arquivo.
- C) Exibir o nome do diretório atual ou mudar o diretório atual.
- D) Renomear um diretório ou arquivo.
- E) Trocar o usuário.

Comentário

***A) Estabelecer as permissões de acesso de um arquivo.***

**INCORRETA.** Pois, O comando aplicado para exibir ou modificar o controle de acesso aos arquivos é o *cacls*.

***B) Exibir o conteúdo de um arquivo.***

**INCORRETA.** Visto que, para exibir o conteúdo de um arquivo de texto empregamos o comando *type*. Vale destacar que o comando precisa ser operado dentro do diretório em que o arquivo está armazenado.

**C) Exibir o nome do diretório atual ou mudar o diretório atual.**

**CORRETA.** Pois, este comando `cd` é bastante manuseado no Windows, dado que permite navegar entre diretórios, além de exibir o nome do diretório em que o usuário está.

**D) Renomear um diretório ou arquivo.**

**INCORRETA.** Visto que, para o caso devemos usar o comando `rename` ou `ren`.

**E) Trocar o usuário.**

**INCORRETA.** No caso utilizamos o atalho CTRL + ALT + DEL, nos comandos do Windows não temos uma opção para trocar o usuário através da linha de comando.

## GABARITO C

44 – (1º Simulado Geral. 2023) Na tela do *Explorador de Arquivos* do Windows 10, uma das colunas exibe o tamanho dos arquivos de uma determinada pasta (ou diretório).

A unidade KB, utilizada nesse contexto, é equivalente a

- A) 1.024 bits.
- B) 1.024 bytes.
- C) 256 bits.
- D) 256 bytes.
- E) 512 bytes.

Comentário

Considerações iniciais:

**1 byte** é composto por **8 bits**.

Abaixo tabela facilitadora:

<b>1 Kilobyte</b>	<b>(KB)</b>	<b>1.024 bytes</b>
<b>1 Megabyte</b>	<b>(MB)</b>	<b>1.024 KB</b>
<b>1 Gigabyte</b>	<b>(GB)</b>	<b>1.024 MB</b>
<b>1 Terabyte</b>	<b>(TB)</b>	<b>1.024 GB</b>
<b>1 Petabyte</b>	<b>(PB)</b>	<b>1.024 TB</b>

A unidade KB, utilizada nesse contexto, é equivalente a **1.024 bytes**.

## GABARITO B

45 – (1º Simulado Geral. 2023) Com relação às impressoras gráficas, as informações sobre a resolução da imagem/texto impressos são, usualmente, apresentadas por meio do padrão

- A) linhas por polegada.
- B) pontos por centímetro.
- C) pontos por linha.
- D) pontos por polegada quadrada.
- E) pontos por polegada.

Comentário

**E) pontos por polegada.**

**CORRETA.**

Utilizamos para classificar a resolução de impressoras o padrão pontos por polegadas (dots per inches). Vale destacar os ensinamentos de Wagner Sanchez no livro "Tecnologia da Informação":

*"Para a impressão, são usados cartuchos de tintas que, quando depositadas em minúsculas partículas, formam as impressões. Assim, para uma boa definição em imagens, são utilizadas impressoras que depositam mais **pontos por polegadas**, o que é similar ao conceito sobre qualidade de imagens que exploramos nos monitores. As impressoras jato de tinta possuem em sua cabeça de impressão micro-orifícios pelos quais a tinta é depositada no papel, formando imagens e caracteres (MAGDASSI, 2010)."*

## GABARITO E

46 – (1º Simulado Geral. 2023) João trabalha com muitas planilhas do Excel, e costuma imprimir certas páginas que são anexadas a relatórios ou arquivos históricos. Assim sendo, é importante que no ato da impressão sejam incluídos no cabeçalho, ou no rodapé, itens como:

- (1) data e hora,
- (2) nome do arquivo,
- (3) caminho completo (*path*) do arquivo e

(4) número de páginas, de modo que cada relatório seja claramente identificado.

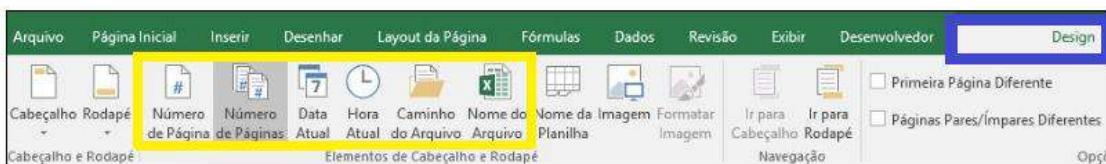
Na guia Design, isso pode ser feito automaticamente pelo Excel para os itens

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1, 2 e 3, somente.
- C) 1, 2 e 4, somente.
- D) 1, 3 e 4, somente.
- E) 2, 3 e 4, somente.

Comentário

**A) 1, 2, 3 e 4.**

**CORRETO.** Conforme demonstrado abaixo:



#### GABARITO A

47 – (1º Simulado Geral. 2023) Os atalhos de teclado para gravação (salvar) de um documento em edição no LibreOffice Writer 6 e no Word 2010 são, respectivamente,

- A) Ctrl + O e Ctrl + W.
- B) Ctrl + P e Ctrl + S.
- C) Ctrl + S e Ctrl + B.
- D) Ctrl + T e Ctrl + U.
- E) Ctrl + W e Ctrl + O.

Comentário

Organizamos os atalhos na tabela abaixo:

	LibreOffice Writer 6	Word 2010
<b>Ctrl + O</b>	permite abrir um arquivo	permite criar um documento novo
<b>Ctrl + W</b>	fecha o aplicativo	fecha o aplicativo
<b>Ctrl + P</b>	abre a janela de impressão	abre a janela de impressão
<b>Ctrl + S</b>	salva o documento em edição	aplica o efeito sublinhado
<b>Ctrl + B</b>	aplica o efeito negrito	salva o documento em edição
<b>Ctrl + T</b>	abre a caixa de diálogo Inserir Título	seleciona todo o texto
<b>Ctrl + U</b>	aplica efeito sublinhado	abre a janela Substituir

## GABARITO C

48 – (1º Simulado Geral. 2023) Observe o endereço (URL) de um recurso na Internet.

<https://www.mercado.com.br/Informatica/?Filtro=C56>

De acordo com a estrutura padrão de um(a) URL, o componente que NÃO foi explicitamente especificado é:

- A) caminho (path);
- B) domínio;
- C) esquema ou protocolo;
- D) porta;
- E) *query string*.

### Comentário

Inicialmente podemos dizer que a URL informa **protocolo, host, porta e caminho**, além de poder conter ainda ***query string***, através da qual dados são passados para um aplicativo da Web e/ou banco de dados, ou seja, ela atribui valores a atributos especificados.

<https://www.mercado.com.br/Informatica/?Filtro=C56>

**A) caminho (path);**

**INCORRETO**, pois o **caminho (path)** foi especificado.

**B) domínio;**

**INCORRETO**, pois o **domínio (host)** foi especificado.

**C) esquema ou protocolo;**

**INCORRETO**, pois o **esquema ou protocolo** foi especificado.

**D) porta;**

**CORRETO**, não houve especificação da porta (A porta é um número TCP associado ao protocolo usado na URL, como no exemplo :3000)

**E) query string.**

**INCORRETO**, pois o **query string** foi especificado.

## GABARITO D

## DIREITO CONSTITUCIONAL

49 – (1º Simulado Geral) Considere a seguinte hipótese: O Congresso Nacional aprovou, em cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, por meio do Decreto Legislativo “X” determinada Convenção sobre Direitos Humanos. A hierarquia normativa da referida Convenção Internacional, de acordo com a Constituição Federal, é de

- A) emenda constitucional, pois se trata de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos e foi aprovada pelo Congresso Nacional, em cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- B) emenda constitucional, pois se trata de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos, independentemente da aprovação pelo Congresso Nacional para adquirir referido status.
- C) emenda constitucional, independentemente de dispor ou não sobre Direitos Humanos.
- D) lei ordinária, pois se trata de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos e foi aprovada pelo Congresso Nacional, em cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- E) lei complementar, pois se trata de Convenção Internacional sobre Direitos Humanos e foi aprovada pelo Congresso Nacional, em cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Comentário

A hierarquia normativa da referida Convenção Internacional, de acordo com a Constituição Federal, é de **EMENDA CONSTITUCIONAL**, nos termos do § 3º do art. 5º da CF/88:

### Art. 5º

(...)

**§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.**

### GABARITO A

50 – (1º Simulado Geral) Peter, cidadão alemão que, após atingir a maioridade, naturalizou-se cidadão brasileiro, foi citado para responder a processo de extradição iniciado pelo Governo alemão. Tal fato ocorreu em razão de sua condenação pela prática de crime no território alemão. Pode-se afirmar que a extradição:

- A) é impossível, pois nenhum cidadão brasileiro pode ser extraditado;

- B) seria possível no caso de crime comum praticado antes da naturalização;
- C) é possível independentemente da existência de acordo de reciprocidade entre os Governos brasileiro e alemão;
- D) do brasileiro naturalizado somente não é concedida no caso de crime político ou de opinião;
- E) deve ser deferida, pois o Estado alemão é soberano para executar as penas aplicadas pelos seus órgãos jurisdicionais.

Comentário

***B) seria possível no caso de crime comum praticado antes da naturalização;***

**CORRETA.** O brasileiro NATO nunca poderá ser extraditado!

Por sua vez, o brasileiro NATURALIZADO pode em duas situações:

1º) Crime comum praticado antes da naturalização

2º) comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins antes ou depois da naturalização.

Portanto, Peter poderá ser extraditado no caso de crime comum praticado antes da naturalização ou se restar comprovado o seu envolvimento m tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins antes ou depois da naturalização.

#### **GABARITO B**

51 – (1º Simulado Geral) Johan nasceu em território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade alemã, aqui se encontravam com visto de turistas. Após o nascimento, foi levado para a Alemanha, onde era legalmente reconhecida sua nacionalidade alemã nata pelo critério do jus sanguinis. Ao completar 25 anos de idade, foi acusado de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes na Alemanha, tendo retornado pela primeira vez ao Brasil, o que ocorreu na condição de fugitivo.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Johan:

- A) apenas tem a nacionalidade alemã, sendo possível o acolhimento do pedido de extradição eventualmente formulado pelo governo da Alemanha;

- B) além de ter a nacionalidade alemã, é brasileiro nato, não sendo passível de ser acolhido eventual pedido de extradição formulado pelo governo da Alemanha;
- C) em razão do princípio da unicidade, teve a nacionalidade brasileira, de caráter nato, cancelada, assim que reconhecida a alemã, sendo cabível, portanto, eventual extradição;
- D) apesar de ter a nacionalidade alemã, pode requerer a brasileira, por ter atingido a maioridade, assim que ingressar no território nacional, o que obstará eventual extradição;
- E) apesar de ter a nacionalidade alemã, pode requerer a brasileira, por ter atingido a maioridade, assim que ingressar no território nacional, o que não obstará eventual extradição.

Comentário

Vamos raciocinar:

1º) Se os pais de Johan estavam no Brasil com visto de turistas, quer dizer que eles estavam aqui a passeio (e não a trabalho da Alemanha). Assim, Johan é considerado brasileiro NATO:

**Art. 12. São brasileiros:**

**I - natos:**

**a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;**

2º) Se Johan voltou para a Alemanha, onde era legalmente reconhecida sua nacionalidade alemã nata pelo critério do jus sanguinis, ele não perdeu a sua nacionalidade brasileira nata:

**Art. 12**

(...)

**§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:**

**II - adquirir outra nacionalidade, Salvo nos casos:** (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

**a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira;**  
(Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

3º) E se Johan, além de ter a nacionalidade alemã, também é brasileiro nato, já que não perdeu essa qualidade, ele nunca poderá ser extraditado:

**II - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;**

“nenhum brasileiro será extraditado” – está se referindo ao brasileiro nato.

## **GABARITO B**

52 - (1º Simulado Geral) Analise as assertivas a seguir acerca dos servidores públicos.

I. É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

II. o regime geral de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

III. Decreto do Presidente da República disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, exceto sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I e III, apenas.

Comentário

**I. É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.**

**CORRETA.** Art. 39, § 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

*II. o regime geral de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.*

**INCORRETA.** Art. 40. *O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.* (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

*III. Decreto do Presidente da República disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, exceto sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.*

**INCORRETA.** Art. 39, § 7º *Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.*

## GABARITO A

53 - (1º Simulado Geral) João, jovem de 18 anos de idade que se alistou no exército e que se encontrava durante o período de serviço militar obrigatório, pretendia servir à coletividade no cargo de vereador.

Ao se inteirar de sua situação pessoal e da possibilidade de concorrer ao cargo eletivo, João concluiu corretamente que é

- A) inalistável, o que não lhe permite votar ou mesmo ser votado.
- B) alistável e já alcançou a idade mínima de 18 anos para concorrer ao cargo eletivo de vereador.
- C) alistável e elegível, caso receba autorização expressa do comandante da unidade militar em que está lotado.

D) alistável, mas não alcançou a idade mínima para concorrer ao cargo eletivo de vereador, pois ainda não tem 21 anos.

E) inalistável, o que o impede de votar, mas não há óbice a que concorra ao cargo eletivo de vereador, pois atingiu a idade mínima de 18 anos.

Comentário

**A) inalistável, o que não lhe permite votar ou mesmo ser votado.**

**CORRETA.** Quanto a idade João atende a condição de elegibilidade para vereador, mas por se encontrar em serviço militar constatamos que os estrangeiros e os convocados para o serviço militar obrigatório não podem votar por serem impedidos de alistar-se como eleitores.

**Art. 14**

**§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:**

**§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.**

**Art. 14, § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:**

(...)

**VI - a idade mínima de:**

(...)

**d) dezoito anos para Vereador.**

Por fim, concluímos que João é inalistável, o que não lhe permite votar ou mesmo ser votado.

**GABARITO A**

54 - (1º Simulado Geral) Analise as seguintes assertivas a respeito do Ministério Público, à luz da Constituição Federal.

I) Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é obrigatória aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público.

II) é vedado aos membros do Ministério Público o exercício de atividade político-partidária.

III) é autorizado aos membros do Ministério Públicos o exercício da advocacia.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Comentário

*I) Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é obrigatória aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público.*

**INCORRETA.** A iniciativa é facultada:

**Art. 128**

(...)

**§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros: (...)**

**I) é vedado aos membros do Ministério Público o exercício de atividade político-partidária.**

**CORRETA.**

**Art. 128**

(...)

**§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:**

(...)

**II - as seguintes vedações:**

(...)

**e) exercer atividade político-partidária;**

**II) é autorizado aos membros do Ministério Públicos o exercício da advocacia.**

**INCORRETA.** É vedado:

**Art. 128**

(...)

**§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:**

(...)

**II - as seguintes vedações:**

(...)

**b) exercer a advocacia;**

**GABARITO C**

55 – (1º Simulado Geral) O Ministério Público, enquanto órgão público, sujeita-se a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto a legalidade, legitimidade,

economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas. A referida fiscalização:

- A) Será exercida, apenas, mediante controle externo, pelo Poder Legislativo através do Tribunal de Contas.
- B) Será exercida, apenas, mediante controle interno, pela Diretoria Técnica de Fiscalização e Controle da Execução Orçamentaria, organizada e estruturada por ato do Procurador-Geral de Justiça.
- C) Será exercida, mediante controle externo, pelo Poder Legislativo e, mediante controle interno, pela Diretoria Técnica de Fiscalização e Controle da Execução Orçamentaria, organizada e estruturada por ato do Procurador-Geral de Justiça.
- D) Será exercida, mediante controle externo, pelo Poder Executivo e, mediante controle interno, pela Diretoria Técnica de Fiscalização e Controle da Execução Orçamentaria, organizada e estruturada por ato do Procurador-Geral de Justiça.
- E) Será exercida, mediante controle externo, pelo Poder Legislativo e, mediante controle interno, pela Corregedoria Geral do Ministério Público, com o auxílio do Colégio de Procuradores.

#### Comentário

Segundo o § 3º do art. 3º da Lei Complementar nº 734/93, A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público será exercida mediante:

CONTROLE EXTERNO: pelo Poder Legislativo e

CONTROLE INTERNO: pela Diretoria Técnica de Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, organizada e estruturada por ato do Procurador-Geral de Justiça.

**Art. 3º. O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a, por intermédio do Procurador-Geral de Justiça, diretamente ao Governador do Estado para inclusão no projeto de lei orçamentária a ser submetido ao Poder Legislativo.**

(...)

**§ 3º - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida, mediante controle externo, pelo Poder Legislativo e, mediante controle interno, pela Diretoria Técnica de Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, organizada e estruturada por ato do Procurador-Geral de Justiça.**

#### GABARITO C

56 – (1º Simulado Geral) Considerando a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, assinale a alternativa correta.

- A) Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público decidir, no prazo máximo de noventa dias, sobre o não vitaliciamento.
- B) Para cada vaga destinada ao preenchimento por remoção ou promoção, expedir-se-á edital distinto, sucessivamente, com a indicação do cargo correspondente à vaga a ser preenchida.
- C) Quando da reintegração, haverá ressarcimento dos vencimentos e das vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, com exceção da contagem do tempo de serviço.
- D) Verificada a vaga para remoção ou promoção, o Conselho Superior do Ministério Público expedirá, no prazo máximo de trinta dias, edital para preenchimento do cargo.
- E) É obrigatória a abertura do concurso de ingresso quando o número de vagas atingir 1/3 (um terço) dos cargos iniciais da carreira.

Comentário

**A) Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público decidir, no prazo máximo de noventa dias, sobre o não vitaliciamento.**

**INCORRETA.** O prazo é de 60 dias:

**Art. 60**

(...)

**§ 1º A Lei Orgânica disciplinará o procedimento de impugnação, cabendo ao Conselho Superior do Ministério Público decidir, no prazo máximo de sessenta dias, sobre o não vitaliciamento e ao Colégio de Procuradores, em trinta dias, eventual recurso.**

**B) Para cada vaga destinada ao preenchimento por remoção ou promoção, expedir-se-á edital distinto, sucessivamente, com a indicação do cargo correspondente à vaga a ser preenchida.**

**CORRETA.** É o que determina o art. 63:

**Art. 63. Para cada vaga destinada ao preenchimento por remoção ou promoção, expedir-se-á edital distinto, sucessivamente, com a indicação do cargo correspondente à vaga a ser preenchida.**

**C) Quando da reintegração, haverá ressarcimento dos vencimentos e das vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, com exceção da contagem do tempo de serviço.**

**INCORRETA.** Conta-se o tempo de serviço:

**Art. 66. A reintegração, que decorrerá de sentença transitada em julgado, é o retorno do membro do Ministério Público ao cargo, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, inclusive a contagem do tempo de serviço.**

**D) Verificada a vaga para remoção ou promoção, o Conselho Superior do Ministério Público expedirá, no prazo máximo de ~~trinta dias~~, edital para preenchimento do cargo.**

**INCORRETA.** O prazo é de 60 dias:

**Art. 62. Verificada a vaga para remoção ou promoção, o Conselho Superior do Ministério Público expedirá, no prazo máximo de ~~sessenta dias~~, edital para preenchimento do cargo, salvo se ainda não instalado.**

**E) É obrigatória a abertura do concurso de ingresso quando o número de vagas atingir ~~1/3~~ ~~um terço~~ dos cargos iniciais da carreira.**

**INCORRETA.** O correto é 1/5:

**Art. 59**

**(...)**

**§ 1º É obrigatória a abertura do concurso de ingresso quando o número de vagas atingir a ~~um~~ ~~quinto~~ dos cargos iniciais da carreira.**

**GABARITO B**

## DIREITO ADMINISTRATIVO

57 – (1º Simulado Geral) Determinado agente público praticou ato de improbidade administrativa, com o envolvimento de pessoa jurídica de direito privado.

Nessa situação hipotética, respondem por improbidade administrativa imputada à referida pessoa jurídica os

- A) sócios, independentemente de sua participação no ato, dada a responsabilidade solidária.
- B) sócios, pelo ato praticado, independentemente de qualquer participação ou benefício diretos, dada a responsabilidade subsidiária.

- C) cotistas, independentemente de terem praticado o ato, dada a responsabilidade subsidiária.
- D) diretores, pelo ato praticado, independentemente de qualquer participação.
- E) diretores, nos limites da participação de cada um deles e caso tenha havido benefício direto.

#### Comentário

Em regra, os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.

Eles só irão responder se, comprovadamente, tiveram participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites de sua participação.

E o que determina o § 1º do art. 3º da Lei de Improbidade:

**Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.**

**§ 1º Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.**

#### GABARITO E

58 – (1º Simulado Geral) No ano de 2022, João, ocupante do cargo efetivo de Consultor do Tesouro Estadual do Estado Gama, praticou ato de improbidade administrativa consistente em receber dolosamente, para si, dinheiro, a título de presente de sociedade empresária que tinha interesse direto que podia ser amparado por ação ou omissão decorrente de suas atribuições como agente público.

O Ministério Público, após investigação por meio de inquérito civil, ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

Com receio de perder sua função pública, João pretende pedir exoneração e prestar novo concurso público para o cargo de Procurador do Estado Gama.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.429/92 (com redação dada pela Lei nº 14.230/21), a sanção de perda da função pública

- A) não mais figura como penalidade a ser eventualmente aplicada a João, que pode receber outras sanções, como suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
- B) não mais figura como penalidade a ser eventualmente aplicada a João, que pode receber outras sanções, como pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- C) atinge automaticamente todo e qualquer cargo, emprego ou função pública exercidos por João no momento em que ocorrer o trânsito em julgado de eventual decisão condenatória.
- D) atinge automaticamente todo e qualquer cargo, emprego ou função pública exercidos por João no momento em que for publicada eventual sentença condenatória e eventual apelação não tem, em regra, efeito suspensivo.
- E) atinge apenas o vínculo da mesma qualidade e natureza que João detinha com o poder público na época do cometimento da infração, podendo o magistrado, em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração.

#### Comentário

**E) atinge apenas o vínculo da mesma qualidade e natureza que João detinha com o poder público na época do cometimento da infração, podendo o magistrado, em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração.**

**CORRETA.** Questão exigiu o conhecimento do quanto disposto no § 1º do art. 12 da LIA:

#### Art. 12

(...)

§ 1º **A sanção de perda da função pública, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração, podendo o magistrado, na hipótese do inciso I do caput deste artigo, e em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração.** (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Perceba que, somente na hipótese do inciso I do art. 12, ou seja, na hipótese de ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito, é que o magistrado, em caráter excepcional, poderá estender aos demais vínculos.

No caso da nossa questão, a conduta praticada João, configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:

**Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:** (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

**I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;**

Portanto, nesse caso, a sanção de perda da função pública atinge apenas o vínculo da mesma qualidade e natureza que João detinha com o poder público na época do cometimento da infração, podendo o magistrado, em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração.

#### **GABARITO E**

59 – (1º Simulado Geral) Inexistindo prazo expressamente determinado, dispõe a Res. 664-PGJ-CGMP que as requisições e notificações serão encaminhadas em até:

- a) 24 horas.
- b) 2 dias.
- c) 5 dias.
- d) 8 dias.
- e) 10 dias

#### **Comentário**

Questão exigiu o conhecimento do art. 8º da Res. 664:

**Art. 8º. Inexistindo prazo expressamente determinado, as requisições e notificações serão encaminhadas em até 5 (cinco) dias. Quando se cuidar de notificação para comparecimento em audiência, o aviso de recebimento de correspondência deve ser devolvido e juntado aos autos até 10 (dez) dias antes da data designada, caso não haja determinação do Promotor de Justiça em sentido diverso.**

#### **GABARITO C**

60 – (1º Simulado Geral) Conforme dispõe a Resolução n. 1.342, de 01/07/2021, assinale a alternativa correta.

- a) O inquérito civil não poderá ser instaurado em razão de notícia de fato.
- b) A decisão que arquiva a notícia de fato é irrecorrível.
- c) O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável.
- d) Os atos e peças da investigação deverão ser sempre públicos.
- e) Havendo conflito de atribuições, negativo ou positivo, este deverá ser suscitado nos próprios autos ao Procurador-Geral de Justiça, que o decidirá em 30 (trinta) dias.

Comentário

**a) O inquérito civil não poderá ser instaurado em razão de notícia de fato.**

**INCORRETA.** O inquérito civil pode sim ser instaurado em razão de notifica de fato:

**Art. 18. O inquérito civil poderá ser instaurado:**

**I – de ofício, pelo membro do Ministério Público dotado de atribuição ao tomar ciência de fato determinado, respeitadas as regras de distribuição previstas no art. 11, bem como a atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça.**

**II – em razão de notícia de fato, regularmente distribuída, desde que o noticiante forneça, por meio legalmente permitido, informações sobre o fato e seu provável autor, bem como a qualificação mínima que permita sua identificação e localização;**

**III – por determinação do Procurador-Geral de Justiça, nos termos da lei, ou do Conselho Superior do Ministério Público ao prover recurso contra a não-instauração de inquérito civil ou desacolher a promoção de arquivamento de procedimento preparatório.**

**b) A decisão que arquiva a notícia de fato é irrecorrível.**

**INCORRETA.** Cabe recurso no prazo de dez dias:

**Art. 14. No caso de arquivamento, o noticiante será cientificado da decisão, preferencialmente por correio eletrônico, cabendo recurso no prazo de 10 (dez) dias.**

**c) O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável.**

**INCORRETA.** O prazo de conclusão do procedimento preparatório é de 90 dias!!!

**Art. 17**

**(...)**

§ 2º. O procedimento preparatório deverá ser concluído **no prazo de 90 (noventa) dias**, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável.

*d) Os atos e peças da investigação deverão ser sempre públicos.*

**INCORRETA.** Há exceções:

**Art. 8º**

(...)

§ 3º. Os atos e peças da investigação são públicos, nos termos e limites desta resolução e da legislação específica, **salvo:**

I – disposição legal em contrário;

II – como medida de conveniência para eficiência das investigações ou como garantia da ordem pública, decretadas em decisão motivada;

*e) Havendo conflito de atribuições, negativo ou positivo, este deverá ser suscitado nos próprios autos ao Procurador-Geral de Justiça, que o decidirá em 30 (trinta) dias.*

**CORRETA.** É o que dispõe o § 1º do art. 9º:

**Art. 9º**

(...)

§ 1º. Havendo conflito de atribuições, negativo ou positivo, este deverá ser suscitado nos próprios autos ao Procurador-Geral de Justiça, que o decidirá em 30 (trinta) dias.

## **GABARITO E**

61 – (1º Simulado Geral) Funcionário público estadual, encarregado de receber valores referentes a pagamento de honorários advocatícios em favor do Estado, dá como quitado pagamento de honorários que, posteriormente, verifica-se que estavam a menor. Nesta hipótese e considerando o previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo,

- A) poderá ser administrativamente processado em até 10 anos.
- B) poderá sofrer penalidade de demissão após a conclusão de sindicância.
- C) o funcionário terá o prejuízo descontado integralmente de seu salário.
- D) o funcionário somente será responsabilizado se não for possível cobrar do devedor original.
- E) terá como sanção cabível apenas a suspensão.

## Comentário

De início, importante destacar que o funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, por dolo ou culpa, devidamente apurados, nos termos do art. 245 da Lei 10.261/68:

**Artigo 245 - O funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, por dolo ou culpa, devidamente apurados.**

Dolo: vontade consciente de praticar a infração

Culpa: a infração é praticada por uma inobservância de um dever de cuidado (imperícia, negligência ou imprudência).

No caso da questão, não ficou muito claro se houve dolo ou culpa, mas não interessa. Pois responde das duas formas: DOLO OU CULPA.

No caso narrado, perceba que houve um prejuízo aos cofres públicos em virtude de desfalque (supressão de uma parte dos honorários advocatícios, já que foram pagos a menor).

E, no caso de desfalque, o Estatuto determina que o funcionário responsável deverá repor, DE UMA SÓ VEZ, o prejuízo:

**Artigo 247 - Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais.**

Ou seja, o funcionário terá o prejuízo descontado integralmente de seu salário de uma só vez.

## GABARITO C

62 – (1º Simulado Geral) Murilo, Oficial de Defensoria Pública do Estado, de histórico funcional exemplar, vez que nunca havia sofrido qualquer penalidade na esfera administrativa, agiu com indisciplina no exercício de sua função pública. Nos termos da Lei Estadual nº 10.261/1968, estará sujeito à penalidade de

A) Suspensão por noventa dias.

- B) Suspensão por trinta dias.
- C) Demissão.
- D) Suspensão por sessenta dias.
- E) Repreensão.

#### Comentário

Levando em consideração o histórico funcional de Murilo, o qual nunca havia sofrido qualquer penalidade, a pena que deverá ser aplicada é a de repreensão:

**Artigo 253 - A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres.**

Se Murilo fosse reincidente, aí a pena a ser aplicada seria a de suspensão:

**Artigo 254 - A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência.**

#### GABARITO E

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

63 – (1º Simulado Geral) Em meio ao transcurso de determinada ação coletiva visando à reparação de danos ambientais, autor e réu já apresentaram suas respectivas manifestações tempestivamente no processo. Pouco antes da suspensão temporária dos prazos, em virtude do recesso forense, o Ministério Público é intimado para intervir na demanda.

Com o retorno das atividades judiciais, passados 18 (dezoito) dias úteis da ciência da referida intimação, o membro do parquet se manifesta devidamente perante os autos, por meio de parecer favorável à pretensão autoral, em virtude do reconhecimento dos danos deflagrados.

Nesse cenário,

- A) a intervenção é tempestiva, considerando o disposto no Art. 178, I do Código de Processo Civil.
- B) a intervenção é intempestiva, tendo em vista que o atual Código de Processo Civil padronizou a contagem de prazos processuais em 15 dias úteis.

C) a intervenção é intempestiva, pois se trata de hipótese a qual o Ministério Público não goza de qualquer contagem de prazo dobrado, nos termos do Art. 180, §2º do Código de Processo Civil.

D) a intervenção é tempestiva, considerando que os 30 dias corridos se opera após o retorno de recesso forense do Poder Judiciário, nos termos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

E) a intervenção é tempestiva, pois em razão de envolver matéria de Direito Ambiental, há expressiva complexidade, apta a permitir a contagem de prazo dobrado, consoante o microssistema de tutela coletiva, na forma do Art. 81 do Código de Defesa do Consumidor.

Comentário

**A) a intervenção é tempestiva, considerando o disposto no Art. 178, I do Código de Processo Civil.**

**CORRETA.** Uma ação coletiva para reparação de danos ambientais envolve interesse público ou social, de forma que o MP, nos termos do art. 178, I, do CPC/15, deve ser intimado para, NO PRAZO DE 30 DIAS, intervir como fiscal da ordem jurídica:

**Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam:**

I - interesse público ou social;

II - interesse de incapaz;

III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Temos que lembrar, ainda, que esse prazo é contado em dias úteis:

**Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.**

**Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se somente aos prazos processuais.**

Por outro lado, não se aplica a contagem do prazo em dobro para o MP, tendo em vista que o artigo já estabeleceu, de forma expressa, prazo próprio para o MP (30 dias).

Quando a lei já estabelece prazo próprio para o MP se manifestar, não se aplica o benefício da contagem em dobro:

**Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º.**

(...)

**§ 2º Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.**

Portanto, como no caso da nossa questão o MP se manifestou após passados 18 dias úteis, conclui-se que a manifestação foi TEMPESTIVA, já que o prazo para se manifestar era de 30 dias úteis.

#### **GABARITO A**

64 - (1º Simulado Geral) Feita a citação por meio eletrônico, no endereço previamente indicado pelo citando nos cadastros do Poder Judiciário, acompanhada das orientações para a realização da confirmação de recebimento e de código identificador, o prazo de resposta começa a fluir no:

- A) dia útil seguinte à confirmação do recebimento da citação;
- B) dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz;
- C) dia útil seguinte à juntada aos autos da confirmação do recebimento da citação;
- D) segundo dia útil seguinte à confirmação do recebimento da citação;
- E) quinto dia útil seguinte à confirmação do recebimento da citação.

#### Comentário

A FGV cobrou recente atualização do CPC em 2021:

**Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo:**

(...)

**IX - o quinto dia útil seguinte à confirmação, na forma prevista na mensagem de citação, do recebimento da citação realizada por meio eletrônico. (Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021)**

<b>Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo (art. 231)</b>	
<b>data de juntada aos autos do aviso de recebimento</b>	Citação ou intimação pelo correio

<b>data de juntada aos autos do mandado cumprido</b>	Citação ou intimação pelo Oficial de Justiça
<b>a data de ocorrência da citação ou da intimação</b>	Por ato do escrivão ou do chefe de secretaria
<b>o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz</b>	Por edital
<b>a data de juntada do comunicado de que trata o art. 232 ou, não havendo esse, a data de juntada da carta aos autos de origem devidamente cumprida</b>	Por cumprimento de carta
<b>a data de publicação</b>	Pelo Diário da Justiça
<b>o dia da carga</b>	Quando os autos forem retirados por carga
<b>o quinto dia útil seguinte à confirmação</b>	Por meio eletrônico

#### GABARITO E

65 - (1º Simulado Geral) Alberto Roberto tornou-se réu em uma ação de cobrança de nota promissória. Ficou sabendo por um escrevente do Cartório, procurou um advogado e, antes mesmo de ser citado, contestou o feito. Essa contestação

- A) será tida por intempestiva, pois o que define a tempestividade é o início da contagem do prazo, ainda não iniciado.
- B) será considerada tempestiva, sem necessidade de reiteração do ato após a citação de Alberto Roberto.
- C) será considerada um ato praticado condicionalmente, pois dependerá de ratificação por Alberto Roberto, necessariamente dentro do prazo legal de oferecimento da defesa.
- D) é intempestiva, porque praticado o ato fora do prazo, o que se dá tanto antes quanto depois de finalizada sua contagem; no entanto, se o autor concordar, será a contestação tida por tempestiva, caracterizando a anuênciam um negócio jurídico- processual.
- E) será tida por inexistente, devendo ser praticado o ato novamente no prazo legal da contestação.

#### Comentário

O ato praticado antes do termo inicial do prazo deve ser considerado TEMPESTIVO e não há necessidade de reiteração do ato após a citação, nos termos do § 4º do art. 218 do CPC/15:

#### Art. 218

(...)

§ 4º **Será considerado tempestivo** o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

## GABARITO B

66 – (1º Simulado Geral) Em relação às normas fundamentais do processo civil, julgue “V” para assertiva verdadeira e “F” para assertiva falsa.

( ) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, exceto no curso do processo judicial.

( ) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

( ) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

( ) A arbitragem foi expressamente vedada pelo Código de Processo Civil, sendo permitida apenas a conciliação e a mediação.

A) V, F, F e V.

B) F, V, V e F.

C) V, V, F e F.

D) F, F, V e V.

E) F, F, F e F.

Comentário

**( F ) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, exceto no curso do processo judicial.**

**FALSA.** A estimulação aos métodos de solução consensual também deve ocorrer no curso do processo judicial:

**Art. 3º**

(...)

**§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.**

**( V ) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.**

**VERDADEIRA.** É exatamente o que estabelece o art. 3º do CPC/15:

**Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.**

Esse artigo 3º estabelece a aplicação do princípio da inafastabilidade de jurisdição, também conhecido como princípio do acesso à justiça.

O princípio da inafastabilidade da jurisdição tem previsão no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal vigente, que dispõe: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

( **V** ) *O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.*

**VERDADEIRA.**

**Art. 3º**

(...)

**§ 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.**

( **F** ) A arbitragem foi expressamente vedada pelo Código de Processo Civil, sendo permitida apenas a conciliação e a mediação.

**FALSA.** É permitida a arbitragem sim, na forma da lei:

**Art. 3º (...)**

**§ 1º É permitida a arbitragem, na forma da lei.**

## **GABARITO B**

67 – (1º Simulado Geral) Com relação à mediação, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa, nos termos da Lei 13.140/2015.

( ) Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial com poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia propõe soluções consensuais para a controvérsia.

( ) Na hipótese de existir previsão contratual de cláusula de mediação, as partes não precisam comparecer à primeira reunião de mediação.

( ) A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.

A) F, F e V.

- B) V, V e F.  
 C) V, V e V.  
 D) F, F e F.  
 E) V, F e V.

Comentário

**( F ) Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial com poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia propõe soluções consensuais para a controvérsia.**

**FALSA.** O mediador não tem poder decisório e não propõe soluções. Na verdade, o mediador auxiliará os interessados na compreensão das questões e dos interesses em conflito, de modo que possam, por si próprios, mediante o restabelecimento da comunicação, identificar soluções consensuais.

**Lei 13.140/2015:**

**Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.**

**Parágrafo único. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.**

Quem propõe soluções e possui uma participação mais efetiva é o conciliador.

MÉTODOS DE AUTOCOMPOSIÇÃO	
MEDIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• facilita o diálogo entre as pessoas para que elas mesmas proponham soluções</li> <li>• aconselha-se o seu uso para conflitos em que houver vínculo anterior entre as partes</li> <li>• Ex: conflito entre marido e mulher (há vínculo entre eles). Aconselha-se a mediação.</li> </ul>
CONCILIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• o terceiro facilitador da conversa interfere de forma mais direta no litígio e pode chegar a sugerir opções de solução para o conflito</li> <li>• Aconselha-se o seu uso para conflitos em que não houver vínculo anterior entre as partes.</li> <li>• Ex: conflito envolvendo acidente de trânsito. As partes não se conheciam</li> </ul>

	anteriormente. Aconselha-se o uso da conciliação.
--	---

( **F** ) *Na hipótese de existir previsão contratual de cláusula de mediação, as partes não precisam comparecer à primeira reunião de mediação.*

**FALSA.** Pelo contrário: se houver previsão contratual da cláusula de mediação, as partes DEVERÃO COMPARCER à primeira reunião de mediação:

**Art. 2º**

(...)

**§ 1º Na hipótese de existir previsão contratual de cláusula de mediação, as partes deverão comparecer à primeira reunião de mediação.**

( **V** ) *A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.*

**VERDADEIRA.**

**Art. 3º (...)**

**§ 1º A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.**

#### **GABARITO A**

68 – (1º Simulado Geral) Para efeitos da Resolução nº 225/2016 do CNJ, considera-se procedimento restaurativo:

- todo e qualquer encontro, inclusive os preparatórios ou de acompanhamento, entre as pessoas diretamente envolvidas nos fatos ocorridos.
- qualsquer situações apresentadas para solução por intermédio de práticas restaurativas.
- abordagem diferenciada das situações narradas ou dos contextos a elas relacionados.
- conjunto de atividades e etapas a serem promovidas objetivando a composição das situações descritas nesta Resolução.
- forma diferenciada de tratar as situações citadas nesta Resolução.

#### Comentário

Os conceitos estão previstos no § 1º do art. 1º:

**Art. 1º**

(...)

**§ 1º Para efeitos desta Resolução, considera-se:**

**I – Prática Restaurativa:** forma diferenciada de tratar as situações citadas no caput e incisos deste artigo;

**II – Procedimento Restaurativo:** **conjunto de atividades e etapas a serem promovidas objetivando a composição** das situações a que se refere o caput deste artigo;

**III – Caso:** quaisquer das situações elencadas no caput deste artigo, apresentadas para solução por intermédio de práticas restaurativas;

**IV – Sessão Restaurativa:** todo e qualquer encontro, inclusive os preparatórios ou de acompanhamento, entre as pessoas diretamente envolvidas nos fatos a que se refere o caput deste artigo;

**V – Enfoque Restaurativo:** abordagem diferenciada das situações descritas no caput deste artigo, ou dos contextos a elas relacionados, compreendendo os seguintes elementos:

- a) participação dos envolvidos, das famílias e das comunidades;
- b) atenção às necessidades legítimas da vítima e do ofensor;
- c) reparação dos danos sofridos;
- d) compartilhamento de responsabilidades e obrigações entre ofensor, vítima, famílias e comunidade para superação das causas e consequências do ocorrido.

Esquematizando:

<b>Conceitos importantes da Resolução nº 225/2016 (art. 1º, § 1º)</b>	
<b>Prática Restaurativa</b>	forma diferenciada de tratar as situações citadas no caput e incisos deste artigo
<b>Procedimento Restaurativo</b>	conjunto de atividades e etapas a serem promovidas objetivando a composição das situações a que se refere o caput deste artigo
<b>Caso</b>	quaisquer das situações elencadas no caput deste artigo, apresentadas para solução por intermédio de práticas restaurativas;
<b>Sessão Restaurativa</b>	todo e qualquer encontro, inclusive os preparatórios ou de acompanhamento, entre as pessoas diretamente envolvidas nos fatos a que se refere o caput deste artigo;
<b>Enfoque Restaurativo</b>	abordagem diferenciada das situações descritas no caput deste artigo, ou dos

	<p>contextos a elas relacionados, compreendendo os seguintes elementos:</p> <p><b>a) participação dos envolvidos, das famílias e das comunidades;</b></p> <p><b>b) atenção às necessidades legítimas da vítima e do ofensor;</b></p> <p><b>c) reparação dos danos sofridos;</b></p> <p><b>d) compartilhamento de responsabilidades e obrigações entre ofensor, vítima, famílias e comunidade para superação das causas e consequências do ocorrido.</b></p>
--	---

## GABARITO D

### DIREITO PENAL

69 – (1º Simulado Geral) Tibério resolve adulterar sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, de modo a averbar que teria iniciado a trabalhar um ano antes no seu primeiro vínculo empregatício, com vistas a antecipar sua aposentadoria, quando for o caso.

A conduta de Tibério é considerada

- A) crime de falsificação de documento particular.
- B) crime de falsificação de documento público.
- C) atípica porque ainda não pleiteou a aposentadoria junto ao INSS.
- D) crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal.
- E) crime de uso de documento falso.

#### Comentário

A conduta de Tibério de adulterar sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, de modo a averbar que teria iniciado a trabalhar um ano antes no seu primeiro vínculo empregatício, com vistas a antecipar sua aposentadoria, configura o crime de FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, conforme art. 297, § 2º, II, do Código Penal:

#### Falsificação de documento público

**Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:**

**Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.**

**(...)**

**§ 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)**

**I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)**

**II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)**

**III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)**

**§ 4º Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)**

Perceba a pegadinha do examinador: esse crime de falsificação de documento público muito se assemelha ao crime de falsidade ideológica, já que a conduta também é “inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita”.

Conforme bem explica o renomado autor Victor Eduardo Rios Gonçalves (Direito Penal Esquematizado)

“A Lei nº 9.983/2000 acrescentou os §§ 3º e 4º do art. 297, punindo com as mesmas penas da falsidade material de documento público a falsificação de determinados documentos que têm reflexos na Previdência Social. Na realidade, entretanto, as condutas típicas descritas constituem quase sempre hipóteses de falsidade ideológica”.

O examinador sabendo disso, colocou entre as alternativas o crime de falsidade ideológica. Mas não é!!!

É crime de falsificação material de documento público, previsto no art. 297.

**GABARITO B**

70 – (1º Simulado Geral) No curso de uma assembleia de condomínio de prédio residencial foram discutidos e tratados vários pontos. O morador Rodrigo foi o designado para redigir a ata respectiva, descrevendo tudo que foi discutido na reunião. Por esquecimento, deixou de fazer constar ponto relevante debatido, o que deixou Lúcio, um dos moradores, revoltado ao receber cópia da ata. Indignado, Lúcio promove o devido registro na delegacia própria, comprovando que Rodrigo, com aquela conduta, havia lhe causado grave prejuízo financeiro.

Após oitiva dos moradores do prédio, em que todos confirmaram que o tema mencionado por Lúcio, de fato, fora discutido e não constava da ata, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Rodrigo, imputando-lhe a prática do crime de falsidade ideológica de documento público.

Considerando que todos os fatos acima destacados foram integralmente comprovados no curso da ação, o(a) advogado(a) de Rodrigo deverá alegar que

- A) ele deve ser absolvido por respeito ao princípio da correlação, já que a conduta por ele praticada melhor se adequa ao crime de falsidade material, que não foi descrito na denúncia.
- B) sua conduta deve ser desclassificada para crime de falsidade ideológica culposa.
- C) a pena a ser aplicada, apesar da prática do crime de falsidade ideológica, é de 01 a 03 anos de reclusão, já que a ata de assembleia de condomínio é documento particular e não público.
- D) ele deve ser absolvido por atipicidade da conduta.
- E) sua conduta deve ser reclassificada para crime de falsidade ideológica qualificada.

#### Comentário

Essa é daquelas questões da FGV que assusta pelo tamanho, mas a resolução é simples.

Aqui, temos que lembrar que os crimes de falsidade (todos eles) só podem ser praticados na modalidade **DOLOSA**, ou seja, eu não posso ser punido a título de culpa, por ausência de expressa previsão legal.

Só com essa informação, já daria para chegar à resposta (letra D).

Isso, porque o morador RODRIGO esqueceu de fazer constar ponto importante da reunião, ou seja, ele deixou de fazer constar informação relevante por culpa (e não por dolo).

Assim, ele deve ser absolvido por atipicidade da conduta, já que não previsão de modalidade culposa no crime de falsidade ideológica.

### **Falsidade ideológica**

**Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:**

**Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)**

**Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.**

Por fim, cumpre destacar que a Ata da Reunião é um documento público, que deve ser mantida acessível a todos aqueles que por ela venham a se interessar.

### **APROFUNDANDO O CONHECIMENTO:**

Conforme explica Cleber Masson, os crimes de falso exigem 3 requisitos para a sua configuração: dolo, imitação da verdade e dano potencial.

#### **1º) Dolo**

- Os crimes contra a fé pública são dolosos. A lei não abriu espaço para figuras culposas, ou seja, não existe nenhum crime de falso punido a título de culpa.

#### **2º) Imitação da verdade**

- Pode ser praticada de duas formas: alteração ou fabricação

#### **3º) Dano potencial**

- Somente há dano potencial quando o documento falsificado é capaz de iludir ou enganar as pessoas em geral. Destarte, a falsificação grosseira, passível de reconhecimento ictu oculi (a olho nu), não caracteriza o falso, pois não representa perigo à fé pública

*Fonte: Cleber Masson. Direito Penal Esquematizado.2015.*

### **GABARITO D**

71 – (1º Simulado Geral) Determinado ocupante de cargo público indicou duas servidoras para o exercício de cargos em comissão. Valendo-se da posição hierárquica, desde a data da investidura de cada uma delas, o agente passou a exigir, para si, vantagem mensal indevida, à ordem de R\$ 2.000,00. Referido comportamento foi reiterado 49 vezes, alcançando o valor total de R\$ 146.000,00. Os pagamentos ocorriam mediante envelopes depositados sobre a mesa de trabalho do acusado ou mediante transferências bancárias, com manutenção de rigoroso controle por parte do agente, que mantinha contracheque das servidoras e caderno de registro de créditos.

Para o enquadramento jurídico-penal, é correto afirmar que tal comportamento constitui o delito de

- A) corrupção passiva.
- B) concussão.
- C) prevaricação.
- D) excesso de exação.
- E) peculato.

#### Comentário

A conduta de exigir vantagem indevida configura o crime de concussão:

#### Concussão

**Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:**

**Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)**

Nesse crime, o funcionário público faz exigência de uma vantagem. Essa exigência envolve, necessariamente, uma ameaça à vítima, pois, do contrário, haveria mero pedido, que caracterizaria a corrupção passiva.

#### GABARITO B

72 – (1º Simulado Geral) Em uma situação hipotética, a ex-companheira de um servidor da Defensoria Pública comparece à Instituição para solicitar assistência jurídica diante de um mandado de citação em ação de reintegração de posse. Para prejudicá-la, o servidor deixa de

encaminhar o documento ao Defensor Público responsável no prazo devido. Essa conduta caracteriza, em tese, o crime de

- A) concussão.
- B) advocacia administrativa.
- C) peculato.
- D) prevaricação.
- E) condescendência criminosa.

Comentário

A conduta narrada configura o crime de prevaricação:

#### Prevaricação

**Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: (Vide ADPF 881)**

**Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.**

Conforme bem explica Victor Eduardo Rios Gonçalves:

*"Nesse crime, o que faz o funcionário público agir ilicitamente no desempenho de suas funções são razões pessoais, e não a busca por uma vantagem indevida tal como ocorre na corrupção passiva. Na prevaricação, o funcionário, por exemplo, beneficia alguém por ser seu amigo ou parente, ou prejudica uma pessoa por ser seu desafeto ou concorrente etc.*

*De acordo com o texto legal, na prevaricação, o funcionário deve ser movido por interesse ou sentimento pessoal. O interesse pode ser de qualquer espécie (promoção no cargo, fama), inclusive patrimonial. Ex.: funcionário que determina a execução de uma obra a fim de valorizar terreno de sua propriedade. O sentimento pessoal, por sua vez, diz respeito à afetividade do agente em relação a pessoas ou fatos, como nos exemplos antes citados de amizade ou inimizade. O sentimento pessoal é do funcionário público, mas o beneficiado pode ser terceiro."*

Fonte: Victor Eduardo Rios Gonçalves. *Direito Penal Esquematizado. Parte Especial.* Pg. 1671.

No caso da nossa questão, perceba que o funcionário público deixou de encaminhar o documento ao Defensor Público responsável no prazo devido por sentimento pessoal, ou seja, para prejudicar sua ex-companheira, configurando, sem dúvidas, o crime de prevaricação.

## **GABARITO D**

73 – (1º Simulado Geral) Ricardo, profissional liberal, estranho ao quadro da Polícia Civil, agindo como se fosse policial civil, comparece em uma residência para cumprir um mandado de busca e apreensão e lá solicita e recebe do morador a quantia de R\$ 1.000,00 para não prosseguir com a diligência. Ricardo praticou crime de:

- a) Corrupção ativa simples.
- b) Usurpação de função pública qualificada.
- c) Corrupção passiva simples.
- d) Usurpação de função pública simples.
- e) Corrupção passiva privilegiada

### Comentário

A conduta narrada configura o crime de usurpação de função pública qualificada:

#### **Usurpação de função pública**

**Art. 328 - Usurpar o exercício de função pública:**

**Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.**

**Parágrafo único - Se do fato o agente auferere vantagem:**

**Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.**

Perceba que o parágrafo único prevê a figura qualificada desse crime se o agente auferir vantagem, como aconteceu no caso da nossa questão.

Ricardo, além de ter usurpado função público (agido como se fosse policial civil), auferiu vantagem dessa usurpação, de forma que deve responder pela pena mais grave (reclusão de 2 a 5 anos, e multa).

Usurpar significa desempenhar indevidamente uma atividade pública, ou seja, assumir indevidamente as atividades de determinada função pública, vindo a executar atos inerentes ao ofício, sem que tenha sido aprovado em concurso ou nomeado para tal função.

Se com a conduta o agente obtém vantagem — material, moral, política etc. —, configura-se a forma qualificada descrita no parágrafo único, cuja pena é de reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

## GABARITO B

74 – (1º Simulado Geral) Marcos estava sendo acusado de roubo. Preocupado com o futuro de Marcos, que havia recentemente sido aprovado em um concurso para a carreira policial, Carlos, pai de Marcos, comunicou à autoridade ser o autor do roubo e assumiu, em juízo, a prática do crime.

Nessa situação hipotética, caso seja descoberta a mentira, Carlos responderá pela prática do crime de

- A) falso testemunho.
- B) fraude processual.
- C) autoacusação falsa.
- D) denunciaçāo caluniosa.
- E) comunicação falsa de crime.

### Comentário

A conduta narrada configura o crime de autoacusação falsa:

#### Auto-acusação falsa

**Art. 341 - Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem:**  
**Pena - detenção, de três meses a dois anos, ou multa.**

Conforme explica Victor Eduardo Rios Gonçalves:

“A lei não exige qualquer motivação específica para a caracterização desta infração. Assim, pouco importa se o agente quer beneficiar o verdadeiro autor do crime, que é seu amigo ou parente, assegurar abrigo e alimentação no presídio ou, ainda, se comete o delito por qualquer outro motivo. São casos comuns de autoacusação falsa: a) o preso já condenado por vários crimes que assume a autoria de crime que não cometeu para livrar outra pessoa da cadeia; **b) o pai que confessa ter praticado certo crime para livrar o filho, verdadeiro autor da infração.”**

**ATENÇÃO 1!** O tipo penal exige que a autoacusação ocorra perante uma autoridade, que pode ser delegado de polícia, policial militar, promotor de justiça, juiz de direito etc.

**ATENÇÃO 2!** O tipo penal também exige que a autoacusação seja referente a um crime (que pode ser de qualquer espécie: doloso, culposo, de ação pública ou privada etc.). A autoacusação falsa de contravenção é atípica, pois o art. 341 não abrange essa hipótese.

## GABARITO C

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

75 – (1º Simulado Geral) Sobre o acordo de não persecução penal, é correto afirmar:

- A) Os tribunais superiores possuem entendimento unânime de não admitir sua aplicação aos processos já em curso, por se tratar de norma de caráter processual.
- B) Um dos requisitos para seu oferecimento é que o investigado tenha confessado a prática da infração penal formal e circunstancialmente perante a autoridade policial.
- C) A confissão formal e circunstancial a que se refere o artigo 28-A, do Código de Processo Penal deve ser feita à autoridade judicial.
- D) É cabível ainda que o investigado esteja em cumprimento de suspensão condicional do processo quanto da prática da infração penal, pois referida suspensão não enseja reincidência.
- E) Para aferição da pena mínima exigida como requisito para seu oferecimento, devem ser consideradas as causas de aumento e diminuição de pena aplicáveis ao caso concreto.

#### Comentário

**A) Os tribunais superiores possuem entendimento unânime de não admitir sua aplicação aos processos já em curso, por se tratar de norma de caráter processual.**

**INCORRETA.** Pois os Tribunais Superiores (STJ e STF) entendem que o acordo de não persecução penal (ANPP) aplica-se a fatos ocorridos antes da Lei nº 13.964/2019, ou seja, aplica-se também aos processos em curso:

**“O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), entendeu que o acordo de não persecução penal (ANPP) pode ser implementado em processos iniciados antes da vigência do Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019)”.**

Fonte:[https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=495483&ori=1#:~:text=O%20ministro%20Ricardo%20Lewandowski%2C%20do,\(Lei%2013.964%2F2019\).](https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=495483&ori=1#:~:text=O%20ministro%20Ricardo%20Lewandowski%2C%20do,(Lei%2013.964%2F2019).)

**B) Um dos requisitos para seu oferecimento é que o investigado tenha confessado a prática da infração penal formal e circunstancialmente perante a autoridade policial.**

**INCORRETA.** O art. 28-A não estabelece não estabelece como requisito a confissão perante à autoridade judicial, ou seja, basta que haja o reconhecimento formal e circunstancial do delito:

**Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério P**úblico poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprevação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

**C) A confissão formal e circunstancial a que se refere o artigo 28-A, do Código de Processo Penal deve ser feita à autoridade judicial.**

**INCORRETA.** O art. 28-A não estabelece não estabelece como requisito a confissão perante à autoridade judicial, ou seja, basta que haja o reconhecimento formal e circunstancial do delito:

**Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério P**úblico poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprevação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

**D) É cabível ainda que o investigado esteja em cumprimento de suspensão condicional do processo quando da prática da infração penal, pois referida suspensão não enseja reincidência.**

**INCORRETA.** É incabível:

**Art. 28-A. § 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses:**

**(...)**

**III - ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo; e**

**E) Para aferição da pena mínima exigida como requisito para seu oferecimento, devem ser consideradas as causas de aumento e diminuição de pena aplicáveis ao caso concreto.**

**CORRETA.** Nos termos do § 1º do art. 28-A:

**Art. 28-A.**

(...)

**§ 1º Para aferição da pena mínima cominada ao delito a que se refere o caput deste artigo, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.**

#### **GABARITO E**

76 – (1º Simulado Geral) Ao tratar da iniciativa da ação penal, o Código de Processo Penal, estabelece, como regra, que a iniciativa será do Ministério Público. Todavia, mesmo nos crimes de ação pública, por vezes, a lei exige a representação do ofendido. Declarado judicialmente ausente o ofendido, terão qualidade para representá-lo APENAS

- A) os herdeiros necessários, o curador especial ou advogado constituído.
- B) o cônjuge, ascendente ou descendente.
- C) o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- D) os sucessores ou curador.
- E) os sucessores ou tutor.

Comentário

É o famoso mnemônico “CADI”

- Cônjugue
- Ascendente
- Descendente
- Irmão

E tem que ser obedecida essa ordem.

#### **Art. 24 (...)**

**§ 1º No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.**

#### **GABARITO C**

77 – (1º Simulado Geral) Constitui hipótese de impedimento do representante do Ministério Público:

- A) a participação de membro do Ministério Público na fase de investigação criminal como testemunha;
- B) quando parente do Promotor de Justiça tiver atuado nos autos como auxiliar da Justiça;
- C) quando parente do Promotor de Justiça tiver atuado nos autos como Promotor de Justiça;
- D) quando parente do Promotor de Justiça for atuar nos autos como Procurador de Justiça;
- E) a participação de membro do Ministério Público na fase de investigação criminal em relação ao oferecimento da denúncia.

#### Comentário

O art. 258 do CPP, o qual está previsto no nosso edital, dispõe que são aplicáveis aos órgãos do MP as prescrição relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes:

**Art. 258. Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.**

Ocorre que as causas de impedimento dos juízes estão previstas no art. 252 e as de impedimento no art. 254, os quais não estão previstos no nosso edital.

Contudo, como o art. 258 faz remissão a esses artigos, a FGV, na nossa opinião, pode sim cobrá-los.

IMPEDIMENTO (ART. 252 DO CPP)	SUSPEIÇÃO (ART. 254 DO CPP)
I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;	I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;
II - <b>ele próprio</b> houver desempenhado qualquer dessas funções <b>ou servido como testemunha</b> ;	II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;
III - tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;	III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consangüíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;
IV - <b>ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consangüíneo ou afim em linha reta ou</b>	IV - se tiver aconselhado qualquer das partes;

<b>colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.</b>	
	<b>V - se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes;</b>
	<b>VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.</b>

Como visto, quando o membro do MP participa como testemunha na fase de investigação, ele não poderá oferecer denúncia, tendo em vista a incidência da causa de impedimento, prevista no inciso II do art. 252 do CP.

#### **GABARITO A**

**78 – (1º Simulado Geral)** No que se refere à aplicação das regras de conexão e continência, os institutos da transação penal e da composição dos danos civis, aplicam-se na reunião de processos

- A) tanto perante o juízo comum quanto o tribunal do júri.
- B) exclusivamente perante o juízo comum.
- C) exclusivamente perante o juízo comum, exceto na jurisdição federal.
- D) exclusivamente perante o tribunal do júri.
- E) decorrente de crime continuado.

#### Comentário

Os institutos da transação penal e da composição dos danos civis aplicam-se na reunião de processos perante o juízo comum ou o tribunal do júri, nos termos do parágrafo único do art. 60 da Lei 9.099/95:

#### **Art. 60.**

(...)

**Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.**

#### **GABARITO A**

79 – (1º Simulado Geral) Durante a pandemia, A, B e C foram encaminhados ao juizado especial criminal por terem praticado, respectivamente: omissão de notificação de doença (art. 269 CP, pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa); fornecimento de remédio em desacordo com receita médica (art. 280 CP, pena de detenção, de um a três anos, ou multa), e charlatanismo (art. 283 CP, pena de detenção, de três meses a um ano, e multa). Nesse caso,

A) são cabíveis transação penal e suspensão condicional do processo para A, B e C.

B) é cabível transação penal somente para C.

C) é cabível transação penal para A, B e C.

D) é cabível suspensão condicional do processo apenas para C.

E) é cabível suspensão condicional do processo para A, B e C.

#### Comentário

TRANSAÇÃO PENAL (ART. 76)	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (ART. 89)
<b>Cabimento – acusações de crimes com pena máxima de até 2 anos.</b>	<b>Cabimento – para acusações de crimes com pena mínima igual ou inferior a 1 ano.</b>

Vamos analisar cada crime:

1º) Omissão de notificação de doença (art. 269 CP, pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa)

- Perceba que a pena mínima é de 6 meses e a máxima é de 2 anos.
- É cabível a transação penal, já que a pena máxima não ultrapassa 2 anos.
- Também é cabível a suspensão condicional do processo, pois a pena mínima é igual ou inferior a 1 ano (6 meses).

2º) fornecimento de remédio em desacordo com receita médica (art. 280 CP, pena de detenção, de um a três anos, ou multa)

- A pena mínima é de 1 ano e a máxima é de 3 anos.
- Não é cabível a transação penal, pois a pena máxima ultrapassa 2 anos.
- Porém, é cabível a suspensão condicional do processo, já que a pena mínima é igual a 1 ano.

3º) charlatanismo (art. 283 CP, pena de detenção, de três meses a um ano, e multa)

- Pena mínima de 3 meses e máxima de 1 ano.
- Cabe tanto a transação penal, como a suspensão condicional do processo.

Portanto, o gabarito é a letra “e”.

## GABARITO E

80 – (1º Simulado Geral) Assinale a alternativa correta em relação ao acordo de não persecução penal, nos termos da Resolução nº 1.364/2021.

- a) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito ou verbalmente pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.
- b) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não pode ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- c) A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto no que se refere ao aproveitamento do benefício nos 05 anos anteriores ao cometimento da infração.
- d) É vedado ao órgão de execução do Ministério Público fixar o valor mínimo do dano moral.
- e) O acordo de não persecução penal não constitui título executivo de natureza cível apto à execução.

Comentário

**a) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito ou verbalmente pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.**

**INCORRETA.** Tem que ser por escrito. O acordo de não persecução penal não pode ser feito verbalmente:

### Art. 18

(...)

**§ 8º. O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor. (Nova Redação dada pela Resolução nº 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022).**

**b) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não pode ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.**

**INCORRETA.** Pode sim:

**Art. 18**

(...)

**§ 12. O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério P**úblico como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo. (Nova Redação dada pela Resolução n° 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022)

*c) A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto no que se refere ao aproveitamento do benefício nos 05 anos anteriores ao cometimento da infração.*

**CORRETA.** Nos termos do § 13 do art. 18:

**Art. 18**

(...)

**§ 7º. O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses: (Nova Redação dada pela Resolução n° 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022)**

(...)

**III - ter sido o agente beneficiado nos 05 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo;** e ; (Nova Redação dada pela Resolução n° 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022)

(...)

**§ 13. A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto para os fins previstos no inciso III do § 7º deste artigo. (Nova Redação dada pela Resolução n° 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022)**

*d) É vedado ao órgão de execução do Ministério Público fixar o valor mínimo do dano moral.*

**INCORRETA.** É autorizado sim, conforme prevê o § 3º do art. 18:

**Art. 18**

(...)

**§ 3º. Considerando que a norma do art. 28-A do Código de Processo Penal não limitou o resarcimento da vítima em relação aos prejuízos sofridos, o órgão de execução do Ministério P**úblico pode, diante do caso concreto, fixar o valor mínimo do dano moral. (Nova Redação dada pela Resolução n° 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022)

e) O acordo de não persecução penal não constitui título executivo de natureza cível apto à execução.

**INCORRETA.** Constitui sim, nos termos do § 4º:

**Art. 18**

(...)

§ 4º. Com fundamento nos arts. 8º, 141, 356, 492 e 515, III, todos do Código de Processo Civil, aplicados ao Código de Processo Penal (art. 3º), o capítulo do acordo de não persecução penal relativo à composição de danos civis poderá ser pactuado com caráter de autonomia, **constituindo título executivo de natureza cível apto à execução, mesmo na hipótese de posterior descumprimento do acordo.** (Nova Redação dada pela Resolução nº 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022)

**GABARITO C**

**GABARITO**

1C	2E	3C	4E	5D	6D	7C	8B	9C	10E
11B	12B	13B	14A	15D	16D	17A	18C	19A	20E
21E	22E	23B	24D	25E	26A	27C	28C	29A	30E
31E	32C	33A	34A	35B	36A	37C	38E	39D	40D
41B	42B	43C	44B	45E	46A	47C	48D	49A	50B
51B	52A	53A	54C	55C	56B	57E	58E	59C	60E
61C	62E	63A	64E	65B	66B	67A	68D	69B	70D
71B	72D	73B	74C	75E	76C	77A	78A	79E	80C